

BIBLIOTECA CENTRAL - ESAL

ROBSON AMÂNCIO

PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS EM  
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA:  
O CASO DA FAZENDA VEREDA GRANDE, MG.

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pós-graduação em Administração Rural; Área de Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do grau de "MESTRE".

BIBLIOTECA CENTRAL  
E. S. A. L.  
N.º CLASS. 333.335  
AMA  
Par  
N.º REG. 33912  
DATA 25 11 92

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS  
LAVRAS - MINAS GERAIS

1991

BIBLIOTECA CENTRAL - UFLA

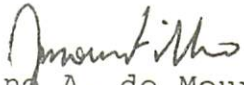


33912



PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS  
EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA:  
O CASO DA FAZENDA VEREDA GRANDE, MG

APROVADA: 18.10.1991

  
Prof. Jovino A. de Moura Filho  
Orientador

  
Prof. Edgard Alencar

  
Prof. Juvêncio Braga de Lima

  
Prof. Lucimar Leão Silveira

Dedico este trabalho a todos que  
lutam por um país onde haja justiça  
social, em especial ao líder  
sindical morto Eloy Gomes da Silva.

"Ao amanhecer, Inri Campos nos reuniu no que seria a Praça de Armas de Nova Yanacoha. Anunciou: hoje se distribuirá a terra! Todos serão donos e ninguém será dono! (...) Pariacaca venceu e depois nos distribuiu o mundo antes que chegassem os homens que trouxeram a palavra "meu".

Esta palavra não existia em nossa língua. Maldita hora em que aprendemos a pronunciar estas palavras!

Distribuo a terra! Primeiro serão aquinhoados viúvas, velhos e órgãos, depois os homens e as mulheres. Ninguém ficará sem lote!

Distribuo a terra em nome do Sol !"

Manuel Scorza, em *o Cavaleiro Insone*.

### **AGRADECIMENTOS**

*Aos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Vereda Grande pela acolhida nas viagens feitas ao local e pelas informações prestadas.*

*Ao Presidente do STR-São Francisco, aos técnicos da EMATER de São Francisco, da RURALMINAS, do INCRA-MG, do CAA - Norte de Minas, da C.P.T. e da FETAEMG de Montes Claros pelas entrevistas concedidas e a gentileza ao receber-me.*

*À Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), e ao Departamento de Administração e Economia (DAE) pelos conhecimentos transmitidos.*

*Aos professores Jovino Amâncio de Moura Filho, Edgard Alencar, Juvêncio Braga de Lima pela orientação na realização do trabalho e ao professor Lucimar Leão por sua colaboração.*

*Aos colegas José Ferreira, Júnia e Walter pelo companherismo.*

*Aos funcionários do Departamento de Administração e Economia (DAE) pela colaboração.*

*A CAPES pela bolsa de estudo cedida.*

*A todos que contribuíram para a realização desta pesquisa, em especial aos meus familiares.*

## BIOGRAFIA

Nasceu em 18 de janeiro de 1961.

Graduou-se em Agronomia em julho de 1985 pela Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL).

Concluiu Mestrado em Administração Rural na ESAL em 1991.

É professor titular de Administração Rural, Economia Rural e Planejamento e Desenvolvimento Rural na Escola Superior de Agricultura e Ciências de Machado.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	01
2. PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA .....	07
2.1. Revisão Conceitual Básica .....	07
2.2. Elementos de um Paradigma Teórico .....	24
2.2.1. Histórico da Formação e Desenvolvimento do Grupo .....	24
2.2.2. Atuação do Estado .....	28
2.2.3. Participação dos Assentados .....	29
2.3. Considerações Metodológicas .....	30
3. O CASO EM ESTUDO .....	43
3.1. Histórico da formação e desenvolvimento do grupo .....	43
3.1.1. Histórico da formação do grupo .....	48
3.1.2. Composição do grupo .....	52
3.1.3. Estrutura e organização do grupo .....	58

3.2. A Atuação do Estado .....	61
3.3. Participação dos Assentados .....	74
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	85
5. RESUMO .....	91
6. SUMMARY .....	93
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	95



## LISTA DE FIGURAS

Figura		Página
1	Localização do município de São Francisco no Estado de Minas Gerais .....	41
2	Localização do P.A. Veredo Grande no Município de São Francisco .....	42

## LISTA DE QUADROS

Quadro

Página

1	Síntese dos acontecimentos ligados à implantação do P.A. Vereda Grande .....	49
---	--	----

## 1. INTRODUÇÃO

A questão da distribuição fundiária no Brasil, com todas as suas consequências, provavelmente tem sido, desde o início dos anos 60, um dos temas mais polêmicos em discussão no país, principalmente quando se consideram os segmentos de pequenos produtores pobres e de trabalhadores rurais sem terra. De acordo com o INCRA-MG (9), o país ainda possui uma estrutura fundiária que mantém características coloniais, havendo a necessidade de uma completa reformulação de sua política agrária e dos conceitos de posse e uso de seu solo para que haja o desenvolvimento econômico e social do campo. Esta é a proposta de reforma agrária.

Para muitos, a reforma agrária seria simplesmente um processo de redistribuição das terras, através do qual se tentaria amenizar as desigualdades sociais existentes no campo. Parece que esta concepção é partilhada, até mesmo, pelos trabalhadores rurais, se for tomada como base a bandeira de luta

do movimento sindical no campo, nos últimos 20 anos, expressa em documentos da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) ~~(29)~~. Nestes documentos, toda a ênfase é colocada sobre a luta por uma reforma agrária, sem que sejam estabelecidos parâmetros mais minuciosos para a execução da mesma.

A luta para conseguir uma reforma agrária que atenda aos anseios dos pequenos proprietários e trabalhadores sem terras é antiga e retrocede aos anos 50, sendo que o principal instrumento concebido oficialmente para efetivá-la foi o Estatuto da Terra (14), aprovado em 1964. Este Estatuto aglutina fatores fundamentais para implementação da reforma agrária no Brasil, incluindo a necessidade de constante verificação e aprimoramento de parâmetros para identificar a situação social, econômica, política, de saúde e educação dos beneficiados. A partir do Estatuto da Terra, houve a criação de alguns mecanismos para a efetivação da reforma agrária, sendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o mais conhecido.

O Estatuto da Terra delinea parâmetros que abrangem questões sobre onde, como e porquê se fazer uma reforma agrária. No entanto, o passar dos anos demonstrou que tais parâmetros foram insuficientes para implementar a reforma agrária na intensidade que deveria ter ocorrido. Além da falta de vontade política no seio do Estado, o próprio INCRA ~~(9)~~ reconhece que é visível o seu despreparo para transformar a reforma agrária no país em uma

realidade efetiva, por existir uma "carência de ordem humana e material, falta de conhecimento prático de como pesquisar e desapropriar terras, distribuir glebas, assentar beneficiários, prover infra-estrutura técnica e social, administrar conflitos e manejar multidões de desvalidos que reivindicam o seu legítimo direito de possuir um pedaço de terra que lhes permita sobreviver com dignidade" (9).

O procedimento usual dos governos no Brasil tem sido o de buscar soluções emergenciais quando os problemas aparecem. A questão da redistribuição fundiária encontra-se neste caso. A reforma agrária neste país é percebida como uma solução emergencial para áreas onde os conflitos sociais são tão graves que exigem a intervenção do governo federal no sentido de amenizá-los. Esta característica emergencial, é de se supor, tornou o trabalho de efetivação dos assentamentos assistemático, muitas vezes precário e de baixo rendimento final, prejudicando o cumprimento das metas pré-estabelecidas.

Comumente, concebe-se reforma agrária como o ato de transferir a propriedade da terra de grandes proprietários para as mãos de trabalhadores, parceiros, "bóias-frias", etc. A complexidade das ações que são necessárias após a desapropriação das terras, as quais determinarão o desempenho do projeto e, por sua vez garantirão a durabilidade da reforma agrária, não é devidamente ponderada. Assentamentos sem a participação democrática dos interessados e feitos de forma apressada podem

estar destinados ao fracasso, como o ocorrido, por exemplo, com as agrovilas e alguns projetos de colonização na região norte e outras regiões do país (16).

É fundamental para a consolidação da reforma agrária que os projetos já iniciados apresentem resultados sociais e econômicos satisfatórios. Para que se obtenha o sucesso esperado, considera-se que, além dos relevantes fatores técnicos e agrônômicos, aspectos referentes à organização do projeto e aos processos administrativos daí advinhos sejam também enfocados. Tem-se, pois, a questão de se para os trabalhadores rurais a reforma agrária se reduz à luta por um pedaço de terra para plantar, ou se também inclui elementos outros, como o tipo de tecnologia a ser usada na produção, processo de educação para os produtores e seus filhos, condições mínimas de saúde, habitação e, ainda, uma estrutura organizacional e administrativa condizente com essa nova situação, e baseada em experiências anteriores dos próprios trabalhadores.

Tais considerações revelam a importância de um estudo que procure compreender como se dá o processo histórico de constituição de formas organizacionais, peculiares à realidade em que vivem os grupos de produtores beneficiados por projetos de reforma agrária, através da identificação e caracterização da participação destes grupos na administração dos projetos e, ainda, se os assentados conseguem influir, de fato, no encaminhamento de questões por eles consideradas relevantes.

O presente trabalho orientou-se pelo enfoque histórico, procurando associar os fatos que marcaram a vida do grupo de produtores assentados na Fazenda Vereda Grande, município de São Francisco, com as formas organizacionais presentes no assentamento, bem como as percepções, concepções e atitudes dos membros do grupo em estudo. O trabalho situa-se no âmbito da administração rural, no sentido dado por LIMA (21): "um ramo da ciência administrativa que estuda os processos racionais das decisões e ações administrativas em organizações rurais". Assentamentos são entendidos como organizações rurais em que as ações e decisões presentes tem por base uma racionalidade própria.

Para a realização do trabalho foi utilizada a técnica de pesquisa qualitativa. Levaram-se em consideração as percepções dos atores sociais envolvidos bem como as características culturais e históricas que formaram o cenário social onde os fatos analisados ocorreram. Estes elementos são discutidos no capítulo segundo, no item sobre as "Considerações Metodológicas".

Consta, também, do capítulo segundo uma "Revisão Conceitual Básica", onde foram expostos os conceitos referentes à utilização de enfoques participativos como elementos de desenvolvimento rural. A partir desta revisão, elaborou-se um esquema teórico básico composto por três sub-itens:

- a) "Histórico da Formação e Desenvolvimento do Grupo", onde são discutidos alguns elementos que, segundo a literatura, influenciam na formação e desenvolvimento de um grupo social, de forma que este se torne mais capacitado e atuante em relação às ações transformadoras de seu meio;
- b) "Atuação do Estado", onde se discutem as diversas formas ou estratégias que o Estado pode utilizar para lidar com experiências participativas com o objetivo de favorecer o desenvolvimento rural;
- c) "Participação dos Assentados", onde elementos como tipo, grau e nível de participação foram abordados para o entendimento de como se dá a participação dos beneficiários na gestão do assentamento.

No capítulo terceiro, denominado "O Caso em Estudo", os dados coletados foram analisados e discutidos em função dos elementos que compõem o esquema teórico. O capítulo quarto apresenta as "Considerações Finais".



## 2. PERSPECTIVA TEÓRICO - METODOLÓGICA

### 2.1 Revisão Conceitual Básica

BORDENAVE (6) afirma que para melhor entender o que é participação é importante entender o seu inverso, o fato da não participação, ou o fenômeno da marginalidade. Marginalidade em seu sentido literal significa ficar fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir. Este autor ainda comenta sobre o fato do conceito de marginalidade ser mal entendido entre nós, no sentido da aplicação da palavra marginais aos criminosos de qualquer tipo, como se eles não intervissem ativamente, embora a seu próprio modo, nos processos sociais. Por outro lado, é comum entender a marginalidade apenas como falta de participação de certos setores sociais no consumo dos bens materiais e culturais da sociedade. Desta forma, a grande parte da população que ocupa uma situação de pobreza, ignorância e alienação seria marginal porque não consegue usufruir dos

empregos, escolas e diversões como fazem outros setores. Isto consiste em erro grave, pois coloca a renponsabilidade de não usufruir dessas "benesses" nos próprios setores "marginais", principalmente por causa dos "déficits educativos" evidenciados pelo seu analfabetismo, precária instrução básica e costumes "primitivos".

Dessa forma, a marginalidade é entendida como atraso auto-provocado e, como solução, são propostas estratégias educativas integradoras que, segundo BORDENAVE (6), visam a incorporação dos setores populares à vida nacional, adaptando-os e integrando-os às condições exigidas pela modernização da sociedade. Neste caso, a participação é vista como a inclusão desses setores entre os beneficiários consumidores dos bens materiais e culturais inerentes ao desenvolvimento modernizador.

Segundo este autor, este enfoque é errado já que não concebe que a marginalidade de determinado segmento da sociedade não é resultado de atraso, mas sim "resultado lógico e natural do desenvolvimento modernizador numa sociedade onde o acesso aos benefícios está desigualmente repartido". Para que alguns sejam atrasados ou subdesenvolvidos outros terão que ser "superdesenvolvidos". A acumulação, ou concentração de bens por alguns, depende da exploração e sacrifícios de muitos outros; "para que o poder se concentre em poucas mãos, a participação política da maioria da população deve ser cortada." BORDENAVE (6) conclui que em decorrência destes

fatos não existe marginalidade mas sim marginalização.

A partir desse novo entendimento, não se poderá conceber participação como o ato de usufruir passivamente dos benefícios da sociedade, mas sim o ato de intervenção direta nesta sociedade a fim de construí-la, o que é feito através da tomada de decisões e do envolvimento em atividades sociais em todos os níveis.

A idéia de participação, portanto, não mais cabe no contexto consumista, mas sim no contexto de um processo coletivo transformador, onde as camadas excluídas ou marginalizadas se incorporam à vida social não como convidados, mas sim por direito adquirido, que na maioria da vezes foi fruto de muita luta. Dessa forma, conquistam o direito de ter "uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural", como argumenta BORDENAVE (6).

Muito mais do que ter um maior acesso aos bens da sociedade, a participação tem como objetivo final a "auto gestão", ou seja, uma relativa autonomia dos grupos populares organizados em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes.

Para DEMO (12), "a melhor definição de participação talvez seja a de que é sua própria conquista. Participar é conquistar o espaço de participação". Esta concepção nos parece acertada, porque parte do ponto de vista que no início não está a participação, mas a obstaculização dela por parte dos setores

dominantes. Não é, assim, dada, não é a tendência histórica natural, não é dádiva, é precisamente conquista.

DEMO (12) considera que a questão da participação está relacionada com o aspecto de organização da sociedade civil, que é a capacidade dos atores sociais se organizarem para "defender seus interesses, reivindicar direitos, fazer face a abusos de toda ordem, controlar as classes dominantes para que sejam "responsáveis".

Pode-se ter a ilusão de que a participação levará a eliminação do poder e alcançará formas de gestão onde ninguém mandará, ou onde todos mandarão. De acordo com DEMO (12), os processos participativos não destroem completamente a imposição, mas procuram reduzir sua extensão; eles não procuram destruir o poder, mas sim torná-lo mais democrático.

Participação tem que ser entendida como uma conquista por ser um processo infindável, em contínuo movimento, sempre se fazendo. Não existe participação suficiente, nem acabada, ela nunca estará pronta, completa, e quando se imagina isso a respeito do processo este está em processo de regressão.

Ao se discutir uma definição ou conceito, pode-se ter uma idéia limitada de participação. Faz-se necessário, portanto, introduzir uma importante distinção analítica no entendimento do conceito: a noção de microparticipação e o de macroparticipação, ou participação social.

BORDENAVE (6), citando A. Meister, diz que "a micro-participação é a associação voluntária de duas ou mais pessoas numa atividade comum na qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos". É bom diferenciar participação em associações e participação social. Às vezes pensa-se, erroneamente, que participação social é a soma das participações nas diversas associações de que se é membro ativo. Se as pessoas estão afiliadas a várias sociedades, clubes, irmandades, etc., há quem diga que "elas têm muita participação social".

Participação social, todavia, ou participação em nível macro, implica em uma visão mais ampla que os membros do grupo têm sobre a sociedade como um todo. A sociedade global não é só o conjunto de associações. O cidadão além de participar em nível micro na família e nas associações também participa em nível macro quando intervém nas lutas sociais, econômicas e políticas de seu tempo. A macroparticipação, isto é, a participação macrosocial, compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos de constituição, reprodução e modificação da sociedade, quer dizer, na história da sociedade. Sua conceitualização, por conseguinte, deve incidir no que é a produção dos bens materiais e culturais, bem como em sua administração e seu usufruto.

AMMANN (4) define participação social como o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada. O conceito de participação social é

transferido, desse modo, da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem consequências sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas.

Em harmonia com o conceito, se uma população, apenas produz e não usufrui dessa produção, ou se ela produz e usufrui mas não toma parte na gestão, não se pode afirmar que ela participa verdadeiramente.

Uma sociedade participativa seria, então, aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, na gerência e usufruem dos bens da sociedade de maneira equitativa. Toda a estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar isso possível.

DEMO (12) busca uma interligação entre as duas noções. Segundo ele, a construção de uma sociedade participativa converte-se na utopia-força que dá sentido a todas as micro-participações. Neste sentido, a participação na família, na escola, no trabalho, no esporte, na comunidade, constituiria a aprendizagem e o caminho para a participação em nível macro numa sociedade onde não existam mais setores ou pessoas marginalizadas. Aos sistemas educativos, formais e não-formais, caberiam desenvolver mentalidades participativas pela prática constante e refletida da participação.

OAKLEY & MARSDENS (26), após estudos abrangentes das diferentes concepções e propostas de trabalho baseadas na participação social como instrumento de desenvolvimento rural,

*O papel da  
Educação*

argumentam que, devido à sua natureza complexa, a participação pode ser explorada mas não contida em sua definição formal. Eles discutem as mais comuns interpretações a respeito de participação encontradas em relatórios de projetos ou documentos de agências de desenvolvimento e, a partir desta discussão e de uma revisão de literatura na área, observam que existe uma grande quantidade de termos chaves ou expressões que caracterizam a natureza da participação. Estas expressões não são auto-explicáveis e não se encaixam em nenhuma tipologia óbvia. Em razão disto, apresentam os termos em 4 amplas categorias: 1) Colaboração - Insumo - Patrocínio; 2) Desenvolvimento de comunidade; 3) Organização e 4) Empowering (aquisição de poder), sendo que esta última vem sendo chamada atualmente de uma estratégia emergente na utilização de modelos participativos nos processos de desenvolvimento. Nesse caso, equipara-se "participação" com a aquisição de poder (força), em termos de acesso e controle de recursos necessários para garantir a reprodução social do grupo em novos patamares. A seguinte declaração ilustra bem esse tipo de compreensão de participação.

"... a participação está relacionada com a distribuição do poder na sociedade, pois é o poder que capacita os grupos a determinar que necessidades, e necessidades de quem, serão satisfeitas através da distribuição de recursos." (26)

Como observa ALENCAR (3), o processo de "empowering" (aquisição de poder) pressupõe a conscientização como fundamento teórico essencial. Três situações são importantes para se compreender melhor este conceito de participação: (a) redistribuição do poder e reorganização equitativa dos recursos escassos dentro do grupo; (b) esforço deliberado por parte do grupo de controlar o seu destino e melhorar as condições de vida de seus membros; (c) criação de oportunidades a partir dos próprios membros do grupo. Para que estas situações se tornem realidade há necessidade, como FREIRE (15) observa, de que entre os membros do grupo se desenvolva a faculdade do ser humano modelar e remodelar sua percepção a partir da realidade concreta na avaliação dos fatos e problemas (percepção estrutural). O desenvolvimento da percepção estrutural é um processo fundamental para que se atinja a auto-confiança e, em consequência, gerar no grupo um "poder de contraposição" ("countervailing power").

De acordo com OAKLEY & MARSDENS (26), parece haver três elementos principais que fariam parte do processo de "empowering":

- a identificação e estruturação de grupos sócio-econômicos como unidade social básica;
- um processo de educação não formal e de elevação de consciência;
- alguma forma de assistência externa que é importante no início e no acompanhamento do processo de "empowering".

O processo de  
Empowering





atividades que o grupo a que pertencem promover.

Para OAKLEY & MARSDENS (26), Educação Participativa é um processo que visa a autonomia do grupo, e seus fundamentos pedagógicos mais importantes são:

- a) é um processo não diretivo e procura, ao contrário da imposição do conhecimento e idéias, explorar o ambiente sócio-político onde os setores não privilegiados estão inseridos, com o objetivo de entender e estruturar os problemas a serem enfrentados;
- b) é um processo essencialmente dialógico, onde o "agente externo" procura discutir, em termos iguais com a população alvo de seu trabalho, os problemas a serem enfrentados, suas causas e possíveis soluções [diferente portanto do modelo convencional de extensão, onde idéias pré-determinadas são comunicadas à população alvo, conforme apreciação de ALENCAR (2)];
- c) o papel chave do agente é o de acompanhar o processo de análise das situações e decisões a serem tomadas sem contudo interferir diretamente neste processo;
- d) enfatiza a importância dos pequenos projetos econômicos como um meio de estimular as atividades dos grupos de produtores e encorajar a sua participação.

*O papel da  
Educação*

Estudando o trabalho comunitário desenvolvido pela Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educação (FASE) no Nordeste do Brasil, OAKLEY (25) identificou no processo de Educação Participativa cinco sub-processos fundamentais e interrelacionados:

- 1) **Faculdade Crítica:** refere-se à identificação de problemas, capacidade dos indivíduos para analisá-los, identificando as possíveis causas e propondo soluções.
- 2) **Participação:** refere-se ao envolvimento ativo dos membros na identificação dos problemas e de suas causas, na tomada de decisões, planejamento, execução e avaliação de ações que visam a solução dos problemas identificados.
- 3) **Organização:** refere-se à estruturação do grupo e ao controle que os membros de grupo possuem sobre sua organização ou estrutura.
- 4) **Solidariedade:** refere-se à predisposição para a cooperação entre os membros do grupo, no sentido de desenvolverem ações visando a solução de problemas que lhes são comuns.
- 5) **Articulação:** implica o estabelecimento, por parte dos membros do grupo, de curso de ações para lidar com os problemas com os quais se defrontam. Para OAKLEY (25), o sub-processo articulação relaciona-se com:
  - a) O estabelecimento de curso de ações por parte do grupo para lidar com problemas cujas causas residem fora do grupo;

O papel da Educação

BIBLIOTECA CENTRAL - E S A L

- b) O estabelecimento de contatos com outros grupos que possuem problemas similares.

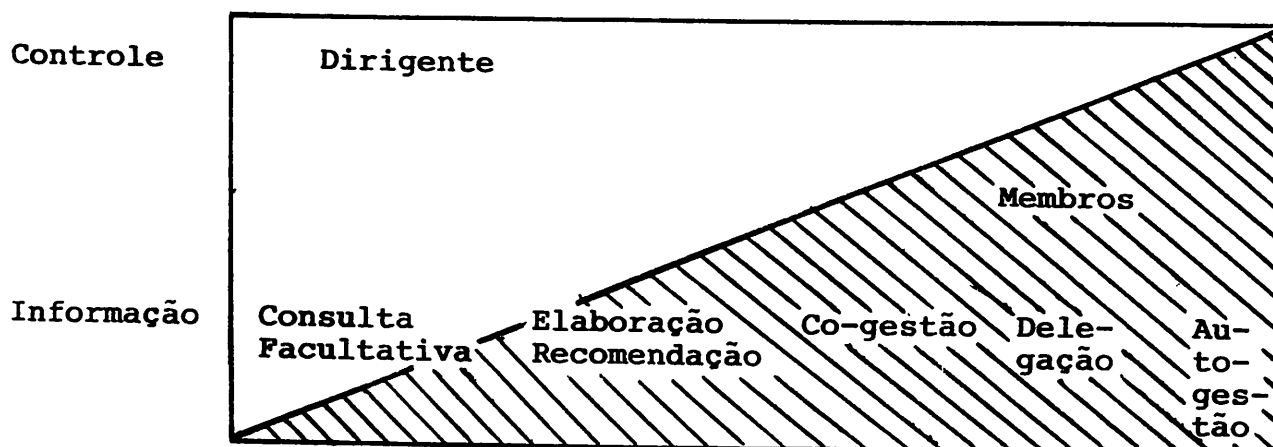
O processo de Educação Participativa, tal como vem sendo utilizado pela FASE no Nordeste, tem como objetivo desenvolver entre os grupos de indivíduos não privilegiados a autonomia de ações através da:

- a) habilidade destes grupos de diagnosticar e analisar os seus próprios problemas;
- b) habilidade de decidir coletivamente sobre as ações a serem executadas para a solução de seus problemas, independente das influências tutoriais dos agentes externos ao grupo.

Para BORDENAVE (6), as seguintes questões são chaves para identificar a participação dos indivíduos em um grupo:

- "Qual é o grau de controle dos membros sobre as decisões"?
- "Quão importantes são as decisões de que se pode participar"?

BORDENAVE (6), neste sentido, sugere uma escala na qual o grau e o nível de participação vão aumentando e possibilitando, em consequência, um maior acesso ao controle das decisões pelos membros:



A **Informação** é o menor e mais elementar grau de participação e consiste em os diretores de organizações informarem aos membros sobre decisões já tomadas.

A **Consulta Facultativa** ocorre quando a direção da organização consulta os seus membros subordinados, solicita sugestões, críticas ou dados para resolver problemas. A consulta pode ser obrigatória, mas a decisão final sempre cabe aos diretores. Um exemplo seria a lei que estabelece negociação salarial entre empregados e patrões.

Já em um grau mais elevado de participação, BORDENAVE (6) fala sobre a **Elaboração/Recomendação**. Neste grau os membros subordinados elaboram propostas e recomendam medidas que a administração aceita ou rejeita, mas sempre se obrigando a justificar sua posição.

A **Co-gestão** já é um grau superior e a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de co-decisão e colegialidade. Aqui, os administradores exercem uma influência direta na eleição de um plano de ação e na tomada de decisões. Comitês, conselhos ou outras formas colegiadas são usadas para tomar decisões.

Subindo na escala encontra-se a **Delegação** que é um grau onde os administradores têm autonomia em alguns campos ou jurisdições, antes reservados aos diretores. A direção define certos limites dentro dos quais os administradores têm poder de decisão. Para que haja delegação real os delegados devem possuir completa autoridade sem precisar consultar seus superiores para tomarem as decisões.

A **Auto-gestão** é o grau mais alto de participação, onde o grupo é que determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Na auto-gestão desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre a auto-administração.

As decisões que os membros de uma organização podem tomar também é fundamental. Para BORDENAVE (6), as decisões podem ser organizadas em níveis, do mais alto ao mais baixo, de acordo com sua importância. BORDENAVE (6) caracteriza os níveis da importância das decisões da seguinte forma:

- Nível 1 - Formulação da doutrina e da política da instituição.
- Nível 2 - Determinação de objetivos e estabelecimento de estratégia
- Nível 3 - Elaboração de planos, programas e projetos.
- Nível 4 - Alocação de recursos e administração de operações.
- Nível 5 - Execução das ações.
- Nível 6 - Avaliação dos resultados.

BORDENAVE (6) sugere, como exemplo, uma comunidade rural onde há tempos atrás poucos participavam do melhoramento das condições locais. Atualmente eles passaram a apresentar reivindicações aos poderes públicos e ao mesmo tempo a tomar parte em ações locais de melhoria. Depois de avaliar a situação em que se encontravam, encaminhavam reivindicações, queixas e demandas de serviço as autoridades. Hoje, essas comunidades já passaram de uma participação de níveis 5 e 6 para níveis 3 e 4. Dessa forma ganharam influência e intervêm em áreas de decisão que antes eram monopolizadas pelas burocracias governamentais.

O processo de participação é normalmente utilizado em termos de promover o desenvolvimento rural e um dos aspectos mais propagandeados por governos, nessa área, é o chamado Planejamento Participativo. Na maioria dos casos, o governo apenas consulta os beneficiários envolvidos para executar as ações ou projetos já elaborados e não para opinar na elaboração dos mesmos. CRUZ (11)



define Planejamento Participativo como sendo uma técnica, ou conjunto de procedimentos, segundo os quais o planejamento é feito com a participação dos cidadãos, decidindo, desde o início, sobre os objetivos, as metas e os meios e ações a serem adotados para a consecução dos mesmos. A participação, nesse caso, é para discutir tais objetivos, metas, mecanismos e ações; estabelecer critérios para prioridades; selecioná-los segundo essas prioridades; e votar, ou decidir de alguma forma - preferivelmente "democrática" - a sua versão final.

O processo de planejamento é feito em dois momentos fundamentais: o de elaboração do projeto e o de implementação. Para PRATES *et alii* (28), "no momento de elaboração do projeto, o caráter participativo do planejamento é visto como um objetivo geral dos planos no sentido de torná-los efetivos como instrumentos redistributivos, na estrutura desigual de acesso aos benefícios gerados na sociedade para as populações de baixa renda". No momento da implementação "o objetivo da participação transparece na tentativa de inclusão de "representantes" da população beneficiária no interior do processo executivo do plano, através da criação de canais institucionalizados".

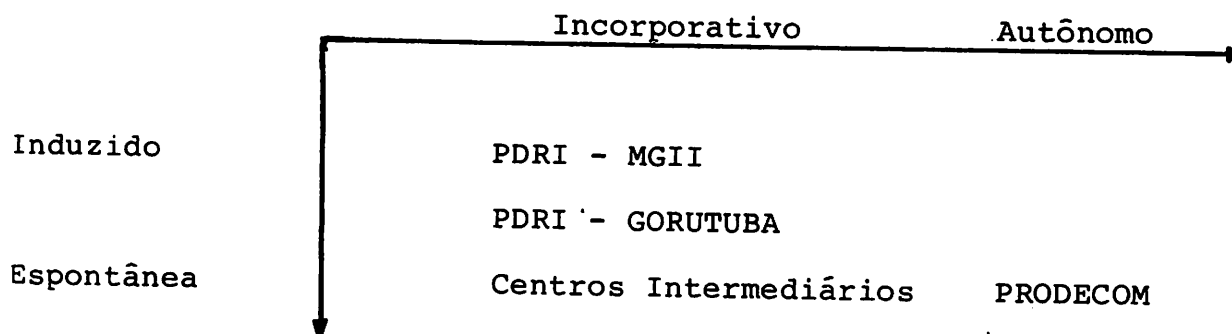
PRATES *et alii* (28) sugerem uma tipologia que caracteriza os modelos de Planejamento Participativo no Estado de Minas Gerais. Pode-se usar duas dimensões para ajudar a caracterizar o planejamento, sendo a primeira relacionada ao tipo de participação que caracterizaria o programa de desenvolvimento

(se mais induzida ou espontânea). A segunda refere-se ao modelo institucional, onde se faz a relação do sistema de planejamento com a comunidade afetada (incorporativo ou autônomo).

A primeira dimensão de participação (induzida ou espontânea) refere-se às condições contextuais de implementação do programa e não às intenções dos planejadores. Onde as comunidades dispõem de recursos de mobilização, como entidades civis organizadas, informações básicas (especialmente sobre seus direitos como cidadão) e familiaridade com modelos de ação coletiva organizada, o envolvimento comunitário é totalmente voluntário e tende a orientar-se pelo cálculo "racional" da expectativa de ganhos materiais ou políticos. Onde isso não ocorre o envolvimento comunitário será mais induzido.

Quanto ao modelo institucional do programa - incorporativo ou autônomo - procura-se fazer uma análise da estratégia deliberada pelos planejadores. O modelo incorporativo procura criar um canal institucionalizado de relacionamento Estado-Sociedade. O modelo autônomo busca o contrário, uma relação Comunidade-Estado e, nesse caso, o planejamento participativo consiste em que o Estado ofereça recursos para as comunidades de baixa renda e estas, através de suas organizações formais, proporão projetos de seus interesses. Se o projeto for aprovado quem irá executá-lo é a comunidade que contará com o suporte do Programa.

Para PRATES et alii (28), do cruzamento destas duas situações resulta uma tipologia que caracterizaria bem a experiência de planejamento participativo no Estado de Minas Gerais, sintetizada no quadro a seguir:



## 2.2. Elementos de um Paradigma Teórico

Dessa revisão básica configura-se um conjunto de elementos que compõem um quadro teórico que supõe-se útil à análise proposta nesta dissertação. Esta estrutura teórica básica deverá atender a três pontos: a) Histórico da formação e desenvolvimento do grupo; b) Atuação do Estado; c) Participação dos trabalhadores na gestão de assentamento.

### 2.2.1 Histórico da Formação e Desenvolvimento do Grupo

Este tópico refere-se à trajetória de formação do grupo; o que foi importante para que o grupo assumisse a sua configuração atual, as dificuldades que ocorreram no decorrer do

tempo, o papel de "agentes" externos no desenvolvimento do grupo, o tamanho e a organização interna do grupo.

Este tópico foi dividido, para análise em três partes:

a) Histórico de formação do grupo.

De acordo com OAKLEY & MARSDEM (26) e PRATES et alii (28), a formação do grupo pode ser resultado basicamente de dois processos:

1) A formação do grupo ser imposta de fora para dentro, ou seja, ser induzida por agentes ou animadores de agências de desenvolvimento.

2) Ser "espontânea" ou o resultado de um processo pedagógico denominado de Educação Participativa.

O primeiro processo, que trata do fato da formação do grupo ser imposta de fora (induzida), se apóia na afirmação de PRATES et alii (28), quando se referem ao tipo de participação, se mais induzida ou espontânea, e de como é a organização e mobilização de determinado grupo na época de implantação de um projeto, ou seja, se o grupo dispõe de recursos de mobilização, como entidades civis organizadas, informações básicas (especialmente sobre seus direitos como cidadão), familiaridade com modelos de ação coletiva organizada, etc.; o envolvimento comunitário é totalmente voluntário e tende a orientar-se pelo cálculo "racional" da expectativa de ganhos materiais ou políticos. Onde isso não ocorre o envolvimento comunitário será

mais induzido.

O segundo processo, que trata da formação do grupo como resultado de um processo pedagógico e/ou espontâneo, está fundamentado nas afirmações de BORDENAVE (6) e OAKLEY (25), sobre educação participativa, a qual, para eles, é um processo que visa a autonomia do grupo. Para tal, sugerem uma metodologia, já descrita, que tem como objetivo desenvolver entre os grupos de indivíduos não privilegiados a autonomia de ação através da:

- 1) habilidade destes grupos de diagnosticar e analisar os seus próprios problemas;
- 2) habilidade de decidir coletivamente sobre as ações a serem executadas para a solução de seus problemas, independente das influências tutoriais dos agentes externos ao grupo;

b) Composição do grupo.

O sucesso na formação e desenvolvimento de grupo, segundo os autores estudados, está associado à homogeneidade dos seus membros, dando-se destaque aos interesses econômicos comuns. OAKLEY & MARSDENS (26), analisando as diversas experiências desenvolvidas no mundo, sugerem, também, que a formação do grupo deve-se dar em torno de pequenos projetos econômicos como, por exemplo, as farinheiras no Nordeste do Brasil, ou, pequenas cooperativas. Mas a questão da homogeneidade não deve ser resumida somente a interesse econômicos comuns, mas também a problemas de origem regional, semelhanças culturais, etc..

Outro fator importante é com relação ao tamanho do grupo e, neste caso, OAKLEY & MARSDENS (26) apontam para números em torno de 30 a 35 pessoas no máximo. De acordo com NICKELSBURG (24), as experiências desenvolvidas pela Igreja Católica no Brasil, através das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra, consideram que é interessante trabalhar com algo em torno de 7 a 8 famílias e, considerando que cada família tem 5 membros em média, chega-se a números parecidos com os que OAKLEY & MARSDENS (26) sugerem. De acordo com esses autores, este número de pessoas facilitaria questões operacionais na organização do grupo e mesmo em sua atuação.

c) Estrutura e organização do grupo.

PRATES et alii (28), OAKLEY & MARSDENS (26) e AMMAN (5), quando se referem ao problema da estrutura e organização do grupo, argumentam que a forma de organização do grupo e sua consequente estrutura podem ser resultado de basicamente três processos:

- 1) Desenvolvidas pelo próprio grupo, ou seja, ser espontâneas, derivada de um processo por eles mesmos criado a partir de ações coletivas com o passar do tempo;
- 2) Podem, também, no outro extremo, ser impostas por agências que procuram implementar algum programa e precisam acelerar um processo de participação para que o grupo envolvido lhes dê algum respaldo

(legitimação da intervenção previamente decidida e planejada);

- 3) Podem, de uma maneira intermediária, ser "induzidas", aproveitando-se estrutura e organização já existentes, através de um "animador" o qual ajudará o grupo no sentido de desenvolver os elementos anteriormente referidos por OAKLEY (25): faculdade crítica, participação, organização, solidariedade e articulação, por exemplo, ou mesmo, junto com o grupo, criar uma metodologia que proporcione aos indivíduos envolvidos o desenvolvimento de formas de organização que melhor se adaptem à realidade vivida por eles.

### 2.2.2 Atuação do Estado

Este tópico tem por objetivo embasar, teoricamente, o estudo da estratégia utilizada pelas agências governamentais na condução do planejamento dos assentamentos de trabalhadores rurais e, para isso, fundamentar-se-á na análise desenvolvida por PRATES et alii (28) articulada com a elaboração desenvolvida por OAKLEY & MARSDENS (26).

PRATES et alii (28) sugerem duas dimensões analíticas que permitem identificar a trajetória da estratégia participativa do Estado. Como já foi visto, a primeira trata de analisar o tipo

de participação que o Estado estimula no programa, se mais induzida (OAKLEY & MARSDENS chamam de terapêutica, manipulativa ou simbólica) ou espontânea (OAKLEY & MARSDENS chamam de real). A outra dimensão trata do modelo institucional propriamente dito relacionando o sistema de planejamento com a comunidade, se é incorporativo ou autônomo.

A intersecção destas duas dimensões propicia uma tipologia que possibilita caracterizar a experiência do Estado em sua estratégia para propor um modelo de planejamento e organização para os assentamentos de trabalhadores rurais, num programa de reforma agrária.

### **2.2.3 Participação dos Assentados**

Nesta parte, será dada ênfase a questões como o tipo, grau e níveis de participação dos envolvidos no processo de tomada de decisão para a resolução de problemas envolvendo o assentamento.

Para tanto, esta parte do esquema teórico apoia-se nos pressupostos sugeridos por BORDENAVE (6), a partir de uma escala no qual os graus de participação crescem conforme vai aumentando o controle sobre decisões a serem tomadas pelos indivíduos envolvidos. Esta escala compreende desde formas mais elementares de participação, como a "informação", até formas mais complexas, como a "auto-gestão".



BORDENAVE (6) também apresenta uma escala para se referir à importância das decisões que os membros de uma organização podem tomar. Estas decisões podem ser organizadas em seis níveis, sendo o mais baixo o que se refere somente à avaliação dos resultados dos programas propostos, e o mais alto quando os membros do grupo podem influenciar em aspectos doutrinários da administração de programas e projetos.

### 2.3 Considerações Metodológicas

O presente trabalho utiliza-se de um método de análise em ciências sociais que, de forma ampla, é conhecido como "PESQUISA QUALITATIVA". Neste âmbito, o trabalho insere-se no tipo de pesquisa qualitativa denominado "ESTUDO DE CASO".

#### Estudo de caso

De acordo com TRIVIÑOS (31), o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa profundamente, sendo considerado como sendo um dos mais relevantes tipos existente de pesquisa qualitativa. De acordo com BOGDAN, citado por TRIVIÑOS (31), pode-se distinguir vários tipos de estudo de caso, tais como: estudo de caso histórico-organizacional; estudo de caso observacional; história de vida.

No estudo de caso histórico-organizacional o interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição. A unidade

pode ser uma escola, um clube, um assentamento, etc.. O pesquisador deve partir do conhecimento que existe sobre a organização que deseja examinar, que material pode ser manejado e o que está disponível. Isto significa que existem arquivos que registraram documentos referentes à vida de instituições, publicações, nomes de pessoas com as quais é possível realizar entrevistas, etc.. Estas informações prévias necessárias são básicas para delinear preliminarmente a coleta de dados.

O estudo de caso observacional é, provavelmente, a mais conhecida categoria de pesquisa qualitativa. A técnica de coleta de informações mais importante neste tipo é a observação participante. O foco de exame pode ser um clube, uma escola, uma cooperativa, etc.. Neste caso não é a organização como um todo o que interessa, só parte dela. No caso pode ser objeto da observação participante elementos como:

- a) As reuniões de planejamento anual de trabalho de uma associação de vizinhos;
- b) As sessões de uma cooperativa de produção para modificar seus estatutos, etc..

Na história de vida a técnica utilizada para a investigação é a entrevista semi-estruturada que se realiza com uma pessoa de relevo social, ou com uma pessoa de uma vila popular, por exemplo.

Ainda, conforme TRIVIÑOS (31), "um aspecto interessante do estudo de caso é o de existir a possibilidade de estabelecer

comparações entre dois ou mais enfoques específicos, o que dá origem aos estudos comparativos de casos. O enfoque comparativo enriquece a pesquisa qualitativa, especialmente se ele se realiza na perspectiva histórico-estrutural.

Para ALENCAR (1), citando WORSLEY, estudo de caso é um abordagem que se constitui no exame de um conjunto de ações em desenvolvimento buscando mostrar como os princípios teóricos se manifestam nestas ações. De acordo com ALENCAR (1), duas críticas são feitas ao estudo do caso: a primeira "é que o estudo de caso não permite generalizações, devido a sua pouca representatividade e conseqüente incapacidade de encontrar todas as dimensões de um fenômeno em um único contexto; a segunda crítica é que o estudo de caso não permite um rigoroso controle das informações coletadas em função da natureza menos formal das técnicas de coleta de dados, usualmente empregadas no estudo de caso. Esta crítica relaciona-se com o conceito de confiabilidade, ou seja o grau de consistência das observações obtidas pelas técnicas empregadas nos estudos de caso (por exemplo, observação participante e pesquisa de profundidade).

ALENCAR (1), citando DEUTSCHER, comenta que a definição operacional e o desenvolvimento de outros instrumentos de pesquisa podem aumentar a validade: um instrumento de pesquisa pode apresentar um alto grau de confiabilidade e, ao mesmo tempo, um baixo grau de validade. Ainda, de acordo com ALENCAR (1), isto não vem a ser somente uma hipótese; ele cita novamente DEUTSCHER,

com a seguinte ilustração: "usando três pesquisas conduzidas por diferentes autores que procuravam estudar a relação entre atitudes verbais (expressas através de respostas assinaladas nos itens de um questionário atitudinal) e comportamentos subsequentes. Embora os questionários atitudinais apresentassem alto grau de confiabilidade (isto é, produziram, consistentemente os mesmos resultados em todos os três estudos) eles demonstraram pouca validade, uma vez que o comportamento dos entrevistados foi diferente das atitudes que haviam manifestado através dos questionários".

A outra crítica referente ao aspecto do estudo de caso não permitir generalizações, o argumento trazido pelos críticos é o fato da não possibilidade do uso de grandes amostras. Entretanto, como comenta ALENCAR (1), "este argumento é tão válido para um estudo de caso quanto para um survey com amostra representativa mas conduzido em uma única região." Ainda de acordo com esse autor, o estudo de caso pode iniciar teorias e a análise de diferentes casos pode proporcionar generalizações amplas.

MURRAY, citado por ALENCAR (1), argumenta que existem razões de ordem metodológicas que tornam os estudos de caso técnicas de pesquisa válidas. As razões são as seguintes:

- a) os estudos de caso podem ilustrar generalizações que foram estabelecidas ou aceitas. Ainda que eles sejam pouco abrangentes, as generalizações podem ganhar

novos significados como exemplos de diferentes contextos;

- b) o estudo de caso pode se constituir em um teste de uma teoria que, embora aceita como "uma verdade" universal, necessita ser comprovada em todas as instâncias. Ao estudar uma situação específica através de uma hipótese derivada dessa teoria, os resultados obtidos podem invalidá-la, ainda que em uma instância particular;
- c) o estudo do caso pode conduzir a generalizações. Relações entre circunstância particulares, observadas a partir de um único estudo de caso, podem sugerir conexões que necessitam ser exploradas em outras instâncias. Assim, os resultados de um único estudo de caso podem estimular a formulação de hipóteses que orientarão novas pesquisas cujos resultados poderão conduzir a generalizações.

ALENCAR (1) ainda considera que os estudos de caso colaboram para o aumento do conhecimento:

- a) ao mostrarem que as coisas podem ter grandes variações em diferentes circunstâncias, bem como complexidades múltiplas; os estudos de caso ilustram o quanto as variáveis manipuladas em modelos e teorias abstratas são, na prática, envolvidas pela ação humana;

b) assim, ainda que não fosse possível o estabelecimento de generalizações amplas a partir dos estudos de caso, eles podem estimular a busca por situações mais tangíveis do que as oferecidas pelos modelos e teorias, mostrando como as situações são compreendidas, avaliadas e manipuladas pelos seres humanos.

O presente trabalho é um misto de tipos de estudos de caso, já que para que se tornasse possível entender o processo de formação e desenvolvimento do grupo foi necessário fazer um "estudo de caso histórico-organizacional" da área em foco, bem como "estudo de caso observacional" e mesmo pesquisar "histórias de vida" de pessoas que habitam a área há um longo tempo e cujas vidas são retratos da história de processos sociais ocorridos na área.

Foi utilizada a técnica de coleta de dados conhecida como "entrevista semi-estruturada", onde o entrevistador levou, questões básicas sobre assuntos que eram do interesse da pesquisa e deu-se toda a liberdade para os entrevistados discorrerem sobre os mesmos, inclusive podendo acrescentar muitas outras informações.

Segundo TRIVIÑOS (31), "podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de

interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa".

TRIVIÑOS (31) esclarece que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semi-estruturada não nasceram a priori. Elas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistados.

Para registro das informações foram utilizados dois instrumentos: uma caderneta de campo e um gravador portátil. As informações foram registradas em 15 horas de fitas cassetes e, em seguida, transcritas para o papel.

No presente caso, os principais pontos pesquisados foram:

- a) Histórico a respeito da desapropriação da área;
- b) Histórico a respeito da formação do grupo;
- c) Experiências de ações coletivas do grupo;
- d) A composição do grupo; de onde eram provenientes as pessoas que hoje compõem o grupo;

- e) Como os membros do assentamento desenvolveram a estrutura organizacional de que dispõem hoje;
- f) O papel dos órgãos e agentes do Estado no processo de desenvolvimento do grupo;
- g) O tipo ou modelo de participação proposto para a área pelo Estado;
- h) O tipo, grau e nível de participação dos assentados no processo de tomada de decisão dentro e fora do assentamento.

É importante ressaltar que outras questões se apresentaram e foram abordadas no decorrer do trabalho, sendo, entretanto, apresentadas durante a discussão dos resultados.

### **Assentamento estudado**

O Projeto de Assentamento Vereda Grande situa-se no município de São Francisco, Zona do médio São Francisco do Estado de Minas Gerais.

O aspecto geral do território do município é semi-montanoso, e sua área é de 8.119 quilômetros quadrados. A sede municipal, a 442 metros de altitude, tem como coordenadas geográficas  $15^{\circ}56'54''$  de latitude Sul e  $44^{\circ}52'11''$  de longitude Oeste. Dista da capital, em linha reta, 449 quilômetros, no rumo N.N.O. (Nor Noroeste). Apresenta as seguintes temperaturas em grau centígrado: média das máximas -  $36^{\circ}\text{C}$ ; das mínimas -  $10^{\circ}\text{C}$ , compensada -  $22^{\circ}\text{C}$ .

O Projeto de Assentamento Vereda Grande (P.A. Vereda



Grande) está a 110 quilômetros da sede do município.

A extensão original da área desapropriada era de 12.280,00 ha, sendo que após várias medições feitas pela RURALMINAS está hoje restrita a 7.260 ha.

O processo de desapropriação da área data de 1982, quando a FETAEMG denunciou ao INCRA a existência de tensão social na Fazenda Vereda Grande. Nesta época foi efetuada uma vistoria pelo INCRA que constatou a gravidade desta tensão, identificando 120 famílias de posseiros que moravam na área (9).

Foi formado, a partir daí, o processo número 3.370/82, no qual se sugeria a desapropriação da área. O processo foi encaminhado a Brasília, culminando com a promulgação dos decretos números 88.860 e 88.861 de 13.10.83, os quais, declaravam a área prioritária para reforma agrária e de interesse social para fins de desapropriação. A posse do imóvel foi legalizada pelo INCRA em 15.10.85.

A área apresenta cobertura vegetal constituída de cerrado, cerradão, campos de várzea e campo limpo. Nela existem os seguintes tipos principais de solos: associação de areias quartzosas distróficos álicos A fraco e moderado mais latossolo vermelho-amarelo distrófico álico A moderado, textura média, ambos fase cerrado, relevo plano, suave-ondulado e ondulado. É servida pelos rios Urucuaia e tributários, como Palmeirinha, Riachinho e Córrego da Borracha, o que garante à área bom potencial de irrigação (9).

### Seleção dos entrevistados

Para a seleção do grupo a ser entrevistado foi feita uma primeira viagem ao local para reconhecimento; esta viagem foi acompanhada de técnicos do extinto MIRAD, em julho de 1988.

Após este diagnóstico inicial, decidiu-se que seriam entrevistados os líderes (eleitos em assembléias nas comunidades) dos locais que compõem a Fazenda Vereda Grande:

- a) Buritizinho;
- b) Abobreira;
- c) Lagoa do Capão;
- d) Riachinho;
- e) Palmeirinha.

Definiu-se, também, por entrevistar os técnicos do escritório da EMATER em São Francisco por serem os que mais frequentavam a área, além do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco (STR - São Francisco), pelo fato deste ter acompanhado as atividades dos assentados mesmo antes da área ter sido desapropriada.

A seguir, buscou-se entrevistar os técnicos do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA - Norte de Minas), em Montes Claros, já que estes organizaram e ofereceram cursos de formação técnica e organizacional para os assentados de Vereda Grande. Foi também entrevistado um assessor sindical da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Montes Claros, entidade ligada a Igreja Católica e que presta assessoria na área de formação

sindical e organização de setores marginalizados no meio rural.

Finalmente, foram feitas entrevistas com os técnicos da RURALMINAS (empresa de assistência técnica do governo do Estado de Minas Gerais) que atuavam na área em 1988, e com o coordenador do INCRA, responsável pelo projeto de assentamento.

Além dessas entrevistas foram consultados relatórios do INCRA, CPT, FETAEMG, CTA-Norte de Minas (10), ata de assembléia realizadas no assentamento, estatuto da associação (13) e outros documentos.

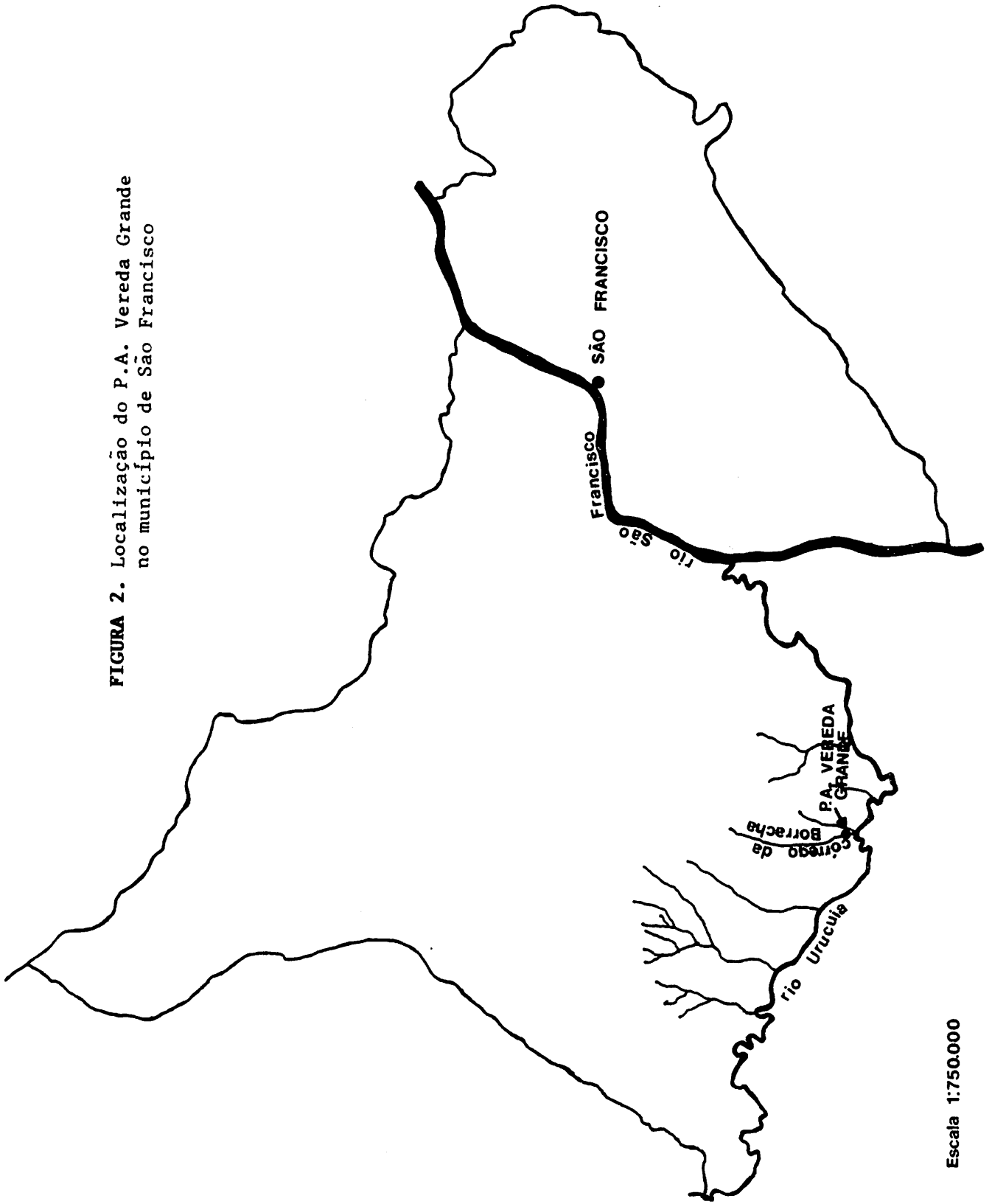


LOCALIZAÇÃO DO ESTADO  
NO PAÍS



FIGURA 1. Localização do município de São Francisco no Estado de Minas Gerais.

**FIGURA 2.** Localização do P.A. Vereda Grande no município de São Francisco



Escala 1:750.000

### 3. O CASO EM ESTUDO

#### 3.1. Histórico da formação e desenvolvimento do grupo

O grupo dos pequenos produtores rurais que atualmente habitam o Projeto de Assentamento Vereda Grande começou a se constituir quando a área denominada Fazenda Vereda Grande pertencia ainda a uma senhora a qual eles chamavam Dona Delfina. Esta senhora permitia que uma série de famílias habitassem a área sem maiores problemas. Até hoje os moradores mais antigos se referem a esta senhora com muito respeito. Após a morte de Dona Delfina, os moradores do local ficaram sem saber a quem pertencia a área.

*"(...) Depois que Dona Delfina morreu, nós ficou sem saber quem era o novo dono. Tinha gente que dizia que o novo dono era gente de longe (...)"*

*(Entrevista com E.S., membro do assentamento)*

Outras famílias foram para a área após a morte de Dona Delfina e se estabeleceram no local. Este foi o caso, por exemplo, de uma das principais lideranças do assentamento que

declarou ter chegado à área no dia 20/08/1977, lá encontrando outras famílias estabelecidas há mais tempo. Alguns produtores assentados nasceram na Fazenda Vereda Grande e são filhos dos primeiros posseiros. Assim, pode-se estimar que a história de ocupação dessas terras por posseiros ocorre há 100 anos, aproximadamente:

*"(...) Eles alegam que eles moraram, que eles nasceram lá, algumas famílias realmente nasceram lá sim (...)"  
(Entrevista com técnico da EMATER)*

Por volta de 1977, o Sr. Antonio Luciano passou a reivindicar a posse da Fazenda Vereda Grande e a pressionar os posseiros para saírem da área ou pagarem renda.

*"(...) Ontonce o Luciano disse que a terra era dele e que nós ou saia ou trabalhava pra ele (...)"  
(Entrevista com E.S., membro do assentamento)*

Os posseiros não aceitaram a argumentação de Antonio Luciano (famoso latifundiário de Minas Gerais conhecido por suas práticas em grilagem de terras e violência contra trabalhadores rurais), pois tinham ouvido falar que aquelas terras pertenciam a alguém de São Paulo e não a Antonio Luciano. Outro fato relevante é que eles conheciam bem a Antonio Luciano e suas práticas de grilagem de terras, como eles mesmos lembram:

*"(...) Ele foi estendendo o município de São Romão, ele tem uns 70%, não comprado, grilado. Como é que ele grila? Ele chegava e comprava do lado de um proprietário 200 alqueires de terra e ai na hora de cercar quer dizer ele comprava 1 e cercava 4 ou 5. Então o proprietário ficava lá dentro. Ou ele tirava ele através da compra ou através da pistola".  
(Entrevista cm E.S., membro do assentamento)*

Este tipo de comentário também foi feito por técnicos da EMATER, RURALMINAS e mesmo do INCRA.

*"Teve um dia que ele queria mudar o mapa geográfico de Minas, ele queria mudar o Rio Urucuia, cortar o Rio no fundo do saco. Nós que impedimos (...)"*

*(Entrevista com técnico da RURALMINAS)*

Outro elemento importante é que muitos posseiros tinham direito adquirido sobre a terra por uso capião, conforme a legislação sobre o assunto.

Em função desses fatos, alguns posseiros resolveram enfrentar Antonio Luciano e, a partir desse momento, inicia-se a organização dos posseiros para defender a área onde moravam e trabalhavam. O primeiro passo em direção a essa organização foi a filiação de alguns posseiros ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco (STR-São Francisco):

*"(...) fomos para São Francisco e sindicalizamos lá (...)"*. *(Entrevista com P.N., membro do assentamento)*

*"(...) Nisso foi fundado o sindicato em São Francisco, um bocado de nós foi associar (...)"*.  
*(Entrevista com E.S., membro do assentamento)*

O STR-São Francisco começou a assessorá-los, promovendo frequentes reuniões e orientando-os sobre como agir frente aos problemas. A medida que os conflitos com o Sr. Luciano se tornavam mais frequentes e violentos, aumentava a presença do Sindicato na área, culminando com a criação de uma delegacia sindical.

Em 1982, cresce a tensão social na área e a Federação



dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais (FETAEMG) denunciou o fato ao INCRA (9). Nessa época, moravam na Fazenda Vereda Grande cerca de 60 famílias.

Em 13 de outubro de 1983, o então Presidente da República, João Baptista Figueiredo, decreta essa área prioritária para fins de reforma agrária (decreto nº 88.860) e de interesse social para fins de desapropriação (decreto nº 88.861).

Nesse período de lutas, novas famílias se estabeleceram em Vereda Grande, muitas delas orientadas pelo STR-São Francisco com o intuito de fortalecer a luta pela desapropriação da área. Outras famílias também se mudaram para essa fazenda por terem laços familiares com pessoas que nela viviam, ou porque não tinham para onde ir:

*"(...) O sindicato encaminhou mais ou menos 20 famílias (...)"*.

*(Entrevista com o Presidente do STR-São Francisco)*

*"(...) O sindicato levou gente de fora para lá, e foi direto procurar nós (...)"*.

*(Entrevista com E., membro do assentamento)*

*"(...) muitos companheiros pobres iam e procuravam o Eloy e ele falava para virem aqui e conversar com a gente"*.

*(Entrevista com E.S., membro do assentamento)*

Em 16 de dezembro de 1984, o presidente do STR-São Francisco, Sr. Eloy Ferreira da Silva, foi brutalmente assassinado na sua propriedade, localizada no distrito de Serra das Araras, município de São Francisco. A morte do Sr. Eloy é considerada pelos posseiros como uma resposta dos latifundiários à atuação do STR-São Francisco na luta pela distribuição

fundiária na região. Nessa época, além do STR-São Francisco e da FETAEMG, também atuava na área que atualmente compõe o assentamento uma assistente social da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS).

Em 15 de outubro de 1985, o INCRA se imite na posse do imóvel, ou seja, cerca de 2 anos após o Estado ter declarado a área prioritária para reforma agrária. Nesta época, moravam cerca de 120 famílias na área. A partir desse momento o INCRA passa a realizar o cadastramento das famílias que habitavam a fazenda, a fazer o levantamento do perímetro e do tipo de solo da área que compõe o assentamento, bem como análise sobre as possibilidades de irrigação. Finalmente, em 01 de outubro de 1986, é constituído, oficialmente, o projeto de assentamento, apresentando-se um plano preliminar de uso da área.

Em 1986, a assistente social da SETAS organizou um curso de Agricultura Ecológica na área do assentamento. Este curso contou com a presença do Eng. Agrônomo Waldo França (conhecido por sua militância em favor de uma agricultura ecológica), de São Paulo, e do sociólogo Edmar Guariento, então articulador do Projeto Tecnologias Alternativas da FASE, em Minas Gerais.

É importante ressaltar que, a partir de 1985, intensificou-se a atuação no Projeto de Assentamento Vereda Grande dos órgãos de assistência técnica e extensão do Estado. Atuavam nesse projeto a EMATER, RURALMINAS, SUDENOR, INCRA e SETAS.

No ano de 1987, o recém criado Centro de Tecnologia Alternativa do Norte de Minas, atualmente conhecido como Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (C.A.A. Norte de Minas), realizou no local um curso sobre agricultura alternativa, com a duração de 3 dias. No período de 1987-88, uma série de encontros e cursos foram promovidos pela FETAEMG, CUT, CPT, CTA-Norte de Minas, na região.

No final de 1988 e início de 1989, o Estado reorienta a ação de seus órgãos de extensão e assistência técnica no sentido de somente repassarem recursos aos trabalhadores assentados por intermédio de uma associação comunitária a ser criada, e não mais através do STR-São Francisco.

Até janeiro de 1989 o Estado ainda não havia feito o parcelamento da área.

O Quadro 1, a seguir, procura sintetizar os principais acontecimentos relacionados com a implantação do projeto.

### **3.1.1. Histórico da formação do grupo**

Através da reconstituição de alguns acontecimentos que marcaram a luta pela terra na Fazenda Vereda Grande, verifica-se que o atual grupo de assentados começou a se formar de maneira espontânea, pois a maior parte das famílias que participaram do início do conflito já morava no local há algum tempo. Eram constituídas por descendentes dos primeiros posseiros ou por

QUADRO 1 - Síntese dos acontecimentos ligados à implantação do P.A. Vereda Grande.

A luta pela desapropriação da Fazenda Vereda Grande (? - 1983)	Da desapropriação à implantação do P.A. Vereda Grande (1983 - 1985)	Após a implantação oficial do P.A. Vereda Grande (1985 - )
1. Enquanto a fazenda pertencia a Dona Delfina os posseiros habitavam o local sem problemas e viviam da extração do óleo do babaçú;	1. Em 13/10/1983, a área foi declarada prioritária para reforma agrária e de interesse social para fins de desapropriação pelo governo federal;	1. Em 15/10/1985 o INCRA se imite na posse do imóvel;
2. Com a morte de Dona Delfina os posseiros ficaram sem saber quem era o novo dono da fazenda;	2. Em 16/12/1984 foi assassinado o Presidente do STR-São Francisco;	2. Começa a atuação mais intensiva dos órgãos do Estado, como a EMATER, RURALMINAS, MIRAD, etc;
3. Por volta de 1977, o Sr. Antonio Luciano reivindicou a posse da área;		3. Habitavam o local cerca de 120 famílias;
4. Os posseiros não aceitaram o argumento de Antonio Luciano e começaram os conflitos entre eles;		4. Em 01/10/1986, é criado o projeto oficialmente no INCRA;
5. Os posseiros procuraram o STR-São Francisco e este começa a atuar na área realizando reuniões frequentes; É instalado uma delegacia sindical na área;		5. Em 1986 é realizado um curso de agricultura ecológica na área;
6. Novas famílias chegam na fazenda;		6. Em 1987, o CTA-Norte de Minas realiza um curso de 3 dias no assentamento. Neste mesmo ano é realizado o I encontro sobre Reforma Agrária na Fazenda Vereda Grande;
7. Em 1982 a FETAEMG denunciou ao INCRA tensão social grave na fazenda Vereda Grande; moravam na área cerca de 60 famílias.		7. A partir de 1989 o Estado só repassaria recursos para o assentamento via uma associação a ser criada e não via STR-São Francisco.

primeiros posseiros ou por famílias que posteriormente ocuparam aquelas terras, acreditando que elas não tinham donos.

Naquele período, o que existia era um grupo de famílias que viviam próximas umas das outras e que não tinham nenhuma forma organizacional desenvolvida para enfrentar os problemas que ocorreram.

Quando Antonio Luciano reivindicou a área e passou a pressioná-los para que de lá saíssem, ou que lhe pagassem arrendamento, o conflito se iniciou, pois os trabalhadores não aceitaram o argumento de que Luciano era o proprietário da área (na verdade Luciano possuía a propriedade ao lado) e, muito menos, a proposta de pagamento de renda. Isto gerou o conflito; os posseiros começaram a se organizar para enfrentar a situação e procuraram o STR-São Francisco para assessorá-los.

O STR-São Francisco passou a promover reuniões frequentes na área e instruir os trabalhadores sobre como agir, como relata uma das lideranças mais antigas:

*"... naquela época o presidente do sindicato vinha 2 a 3 vezes por semana aqui..."*

*(Entrevista com E.S., membro do assentamento)*

*"... nas reuniões falaram que a gente tinha que ter união, tinha que ter fê uns nos outros..."*

*(Entrevista com P.N., membro do assentamento)*

As ações destes "agentes" foram importantes para o fortalecimento do movimento por vários motivos, tais como: o apoio jurídico oferecido pelo Sindicato e FETAEMG colaborou para que os posseiros tomassem conhecimento dos seus direitos, como,

por exemplo, o direito à posse do imóvel por uso capião; outro elemento importante a ser considerado é que se não houvesse a ação do sindicato, os problemas e reivindicações dos posseiros não chegariam ao conhecimento do grande público e mesmo dos órgãos do Estado; também é necessário creditar à ação sindical o fato desta ter colaborado no desenvolvimento da consciência crítica dos posseiros, bem como fortalecido o senso de ação conjunta para enfrentar problemas.

Estes elementos apresentados sugerem, em parte, a ocorrência de traços pedagógicos abordados por BORDENAVE (6) e OAKLEY (22) característicos da denominada educação participativa. Este processo fez com que crescesse a capacidade das pessoas envolvidas de refletir sobre sua realidade e seus problemas. A atuação do presidente do sindicato, bem como do advogado da FETAEMG que o assessorava, pode ser entendida como a de um agente animador do grupo, nesse sentido.

Em função do exposto, pode se deduzir que o processo histórico de formação do grupo se deu de forma parecida com o que se convencionou chamar nesta dissertação, de um procedimento espontâneo, pois: a) haviam posseiros que moravam na fazenda Vereda Grande há muito tempo; b) estes começaram a se organizar para lutar pela posse da área depois da morte da proprietária, quando o Sr. Antonio Luciano reivindicou a propriedade das terras; c) os posseiros se sentiram ameaçados de expulsão, o que de fato significaria a eliminação do principal meio de

sobrevivência (reprodução) deles; d) só a partir disto é que os posseiros procuraram o STR-São Francisco para que este os ajudasse.

Aqui vale ressaltar que os fatos não foram premeditados e nem moldados para caracterizar um processo de educação participativa, pois, na época em que isso ocorreu, experiências de intervenção embasadas claramente numa concepção desse tipo não eram comuns; contudo é importante observar que um segmento significativo do sindicalismo brasileiro já havia começado a desenvolver, na década de 70, uma metodologia de atuação que se utilizava de fundamentos pedagógicos que pressupunham uma tomada ou criação de consciência crítica, de forma que as populações alvo percebessem a importância de participar do processo de análise de problemas e planejamento de ações para enfrentá-los. Esta linha sindical veio a ser conhecida como "Novo Sindicalismo" e seus momentos mais expressivos ocorreram no ABC paulista, mas é importante salientar que no meio rural também aconteceram experiências parecidas, como a dos trabalhadores rurais ligados a CPT e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### 3.1.2. Composição do grupo

Os autores referidos no capítulo dois argumentam que um dos fatores mais importante para o sucesso na formação e desenvolvimento de um grupo de ação coletiva em torno de

interesses comuns é a homogeneidade entre seus membros. Tal homogeneidade significa que os membros do grupo devem possuir interesses econômicos comuns, semelhanças culturais e semelhanças quanto à origem regional. Neste estudo, tal consideração foi relevante em dois momentos da análise: o primeiro refere-se à composição do grupo antes da área ser desapropriada; o segundo relaciona-se com a composição do grupo após o processo de desapropriação ter ocorrido.

Quando se faz uma recuperação histórica dos acontecimentos antes da área ser desapropriada, nota-se que o interesse econômico comum que os unia era a questão da terra: tratava-se de como se organizar para conseguir que a área viesse a ser desapropriada. Neste momento, a grande preocupação dos posseiros era a de como garantir a permanência na área, sendo que outras questões econômicas não eram tão importantes, uma vez que cada qual tinha sua atividade econômica independente dos outros (possuía sua roça e vendia seus produtos de forma isolada). Outro ponto fundamental é que muitas famílias trabalhavam temporariamente ou permanentemente para o Sr. Antonio Luciano.

Nesta época, o grupo era composto, como as lideranças mais antigas lembram, por algo em torno de 60 famílias, sendo que muita gente havia nascido no local. Apesar do número de famílias que habitavam o local ser relativamente pequeno e apresentar interesses comuns (a permanência na área), semelhança cultural (baixo nível de educação formal, uso de mesmas práticas



agrícolas, costumes semelhantes, etc), além de possuir a mesma origem regional, nem todas as famílias possuíam a mesma predisposição para reivindicar os seus direitos de posse. Assim, enquanto um grupo lutava contra o Sr. Antonio Luciano, o outro permanecia "neutro", com medo do enfrentamento, pois dependia financeiramente desse senhor:

"(...) Nós era uns 60 e tantos; naquela época os posseiros que enfrentavam mesmo era uns 20 e poucos (...)".

(Entrevista com E.S., membro do assentamento)

"(...) Tinha gente lá que trabalhava pro Luciano, eles até chamam eles de espiões do Luciano (...)".

(Entrevista com membro da CPT)

Com o prolongamento do conflito e a atuação cada vez mais presente do STR-São Francisco e da FETAEMG, os posseiros que demonstravam uma postura passiva, ou que "simpatizavam" com o Sr. Antonio Luciano, se filiaram ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e se juntaram aos companheiros que reivindicavam os direitos de posse. Nas palavras do delegado sindical:

"(...) Hoje todo mundo aqui é filiado ao sindicato, e colabora com ele (...)".

(Entrevista com P.N., delegado sindical)

O termo "simpatizavam" com o Sr. Antonio Luciano talvez não seja o mais adequado para exprimir o que estava ocorrendo. O que provavelmente existia por trás dessa relação pode ser descrito como uma situação onde um representante de classe com maior educação, maior disponibilidade de recurso, melhor acesso às autoridades e maior riqueza mantinha uma situação de dominação

sobre um setor menos privilegiado, reforçada através do clientelismo e patronagem. O senhor Antonio Luciano oferecendo "favores" (empregos, alimentos, condução, presentes, etc) aos posseiros obtinha deles, em troca, o esperado comportamento conformista que, às vezes, assume o caráter de "simpatia". Esta situação em sentido amplo é denominada por FREIRE (15) como "cultura do silêncio", que é resultado das relações estruturais de dependência do dominado com o dominador. Esta dependência tende a se romper à medida que ocorre um processo de "conscientização" e o grupo dominado passa a melhor perceber os fatos e acontecimentos que o cercam. A declaração a seguir ilustra o ocorrido:

*"(...) Com as reuniões com o pessoal do sindicato e da FETAEMG o pessoal foi se filiando ao sindicato e entrando na briga junto com nós (...)"*

*(Entrevista com E.X., membro do assentamento)*

No segundo momento, mais famílias se integraram à luta pela terra, muitas delas (cerca de 20) orientadas pelo STR-São Francisco, pois não possuíam terra e esta seria uma oportunidade de conseguí-la. Supõe-se que o deslocamento de novas famílias para a área, orientadas pelo sindicato, fez parte de uma estratégia do STR-São Francisco, da FETAEMG e CONTAG com o objetivo de fortalecer os posseiros na luta pela terra e, mesmo, para que o conflito se tornasse maior e apressasse a desapropriação da área mais rapidamente pelo Estado.

"(...) Foi chegando companheiro que não tinha terra (...) e nós, que nasceu e criou lá aceitamos. É companheiro pobre, é trabalhador, então pode (...)"  
(Entrevista com J.D., membro do assentamento)

"(...) Na época o sindicato levou umas 20 famílias para lá (...)"  
(Entrevista com o Presidente do STR-São Francisco)

O fato de novas famílias se integrarem na área merece algumas considerações. A primeira delas é quanto ao fato de ter-se elevado consideravelmente o número de famílias; quando da pesquisa existiam na área 124 famílias. A segunda refere-se à questão da homogeneidade do grupo, pois estas famílias pareciam possuir, em muitos casos, características culturais e regionais diferentes das do grupo original. Deve-se também levar em consideração que muitas delas não haviam acompanhado o processo de desenvolvimento, com o auxílio do STR-São Francisco, da chamada faculdade crítica, como as famílias que estavam no local há mais tempo.

O fator econômico aglutinador, após a desapropriação da área, deixou de ser a luta pela posse da terra e passou a ser a questão de como conseguir recursos para que os produtores pudessem viver em melhores condições. Um dos principais projetos econômicos que colaborou para a configuração atual do grupo foi a das fabriquetas de farinha de mandioca ou "farinheiras". O importante aqui é compreender que, para aquelas pessoas, a fabricação de farinha de mandioca sempre foi uma prática usual, o que não é usual é o fato deles se aglutinarem em um local de uso

comum para fazer a farinha. Desta forma, eles tiveram que organizar e racionalizar o uso da "farinheira". Se isso não tivesse ocorrido, o uso desse local seria inviabilizado, tendo em vista o número de famílias que o utilizam.

Assim, a configuração mais recente do grupo era muito diferente daquela existente antes do processo de desapropriação. Na época da última coleta de dados (jan/89), o grupo era composto por 124 famílias, o que correspondia, aproximadamente, a 600 pessoas. Além disto, como comentou em entrevista o agente da Comissão Pastoral de Terra em Montes Claros:

*"(...) No grupo tem pessoas que pensam diferente dos outros, e isto tá causando divisão dentro do grupo ... foram famílias que chegaram na fazenda depois, que não acompanhou o trabalho do E. e do A. (...)"*  
(Entrevista com membro do CPT de Montes Claros)

Em função deste tipo de comentários e de o autor ter presenciado situações de conflitos entre algumas pessoas durante assembléias de trabalhadores rurais no assentamento, pode-se supor que algumas questões que podem afetar a homogeneidade do grupo, como a origem regional destas famílias e diferenças culturais, já se tornavam problemas. Para o local foram famílias que além de não terem participado de todo o processo de luta pela terra e enfrentado as dificuldades daí advindas, também tinham, em muitos casos, percepções e concepções diferentes a respeito dos problemas que no local existiam e, por conseguinte, sobre formas diferentes para tentar resolvê-los. Isto pode ser exemplificado com a questão do parcelamento da área: algumas

famílias não queriam que fossem reservadas áreas melhores, como a várzea do "fundo do saco" para exploração coletiva; achavam que melhor seria se estas áreas fossem parceladas e cada um cultivasse suas glebas.

### 3.1.3. Estrutura e organização do grupo

A forma e estrutura de organização existente no assentamento, na época da coleta de dados, pode ser considerada como resultado de um processo chamado de intermediário ou "induzido". Este processo se dá quando, aproveitando-se de uma certa estrutura e organização já existente, um agente externo (animador) colabora com o grupo de modo que este desenvolva uma metodologia que proporcione a evolução de suas próprias formas organizacionais.

O assentamento é dividido em 5 comunidades ou localidades: Buritizinho, Riachinho, Palmeirinha, Lagoa do Capão e Abobreira. Existia em cada uma das três primeiras comunidades uma fábrica de farinha; na Lagoa do Capão existia uma beneficiadora de arroz e só na Abobreira é que não existia nenhuma das atividades mencionadas.

Quando tem-se que tomar alguma decisão, as questões a serem discutidas são levadas para cada comunidade e nelas são debatidas; após esta fase, é realizada uma assembléia com todos os membros do assentamento e nesta assembléia eles resolvem como

encaminhar as propostas que foram avaliadas.

Cada comunidade possui dois líderes eleitos e que fazem parte de uma "comissão", ou coordenadoria geral. Esta "comissão" é composta pelos dez líderes eleitos nas comunidades mais o delegado sindical, que atua como coordenador, e tem a função de resolver problemas emergenciais quando não há tempo disponível para se fazer as assembléias nas localidades.

Para se chegar a este estágio de organização foi necessário, além das experiências de ações coletivas por eles praticadas durante todos os anos de luta pela terra, também a ação de agentes externos (animadores), mesmo de agências do Estado, como foi o caso da assistente social da SETAS.

No sistema antigo, o assentamento era organizado em torno de uma assembléia geral que decidia sobre tudo, e quando não havia como se realizar esta assembléia a decisão era tomada pelo delegado sindical. Este sistema começou a ter problemas com o aumento do número de famílias no assentamento. Quando o grupo era restrito a poucas famílias, apesar de por vezes demorar, as decisões tomadas pela assembléia atendiam as necessidade do grupo. Quando o delegado sindical tinha que tomar alguma decisão sem consultar a assembléia, assim mesmo era possível procurar algumas famílias para "tomar opinião", como ele mesmo disse.

Com o aumento do número de famílias localizadas na área, este sistema se tornou pouco eficiente; eram muitas pessoas reunidas de uma vez para discutir assuntos que deveriam ser

tratados pelo conjunto, o que normalmente tomava grande espaço de tempo e, muitas vezes, a solução final não atendia as necessidades do grupo.

Em função das dificuldades que o antigo processo de tomada de decisão enfrentava, os posseiros, por sugestão do presidente do sindicato junto com o orientador sindical da FETAEMG, criaram uma nova estrutura organizacional.

*"Nós fizemos uma comissão de posseiros lá para resolver os problemas (...). Escolhemos em cada local dois líderes para a comissão, formamos dez, porque é cinco local. Então cada coisa que chega e é pra ser dividida, nós chamamos a comissão e dividimos tudo igual entre os locais. A gente comunica todas as decisões para os companheiros para não ter briga, né! (...) Essa comissão foi sugerida pelo presidente do sindicato, junto com o rapaz da FETAEMG, pois assim ficaria mais fácil para resolver as coisas e não ia mais ficar tão puxado para mim".*

*(Entrevista com o delegado sindical)*

A partir dos fatos anteriormente apresentados supõe-se que o grupo, com auxílio de agentes externos, conseguiu fazer crescer sua estrutura organizacional criando um mecanismo de tomada de decisão que garante a participação da grande maioria dos membros do grupo nas decisões.

Tendo em vista os fatos apresentados sobre o histórico de formação, organização e estruturação do grupo acredita-se possível constatar a existência de elementos que sugerem a predominância de traços de um processo pedagógico nos moldes do que foi chamado de Educação Participativa. Estes elementos foram:

- Formação espontânea do grupo, em função de uma necessidade de resistência a ações de latifundiários na região.
- Presença de agentes externos animadores: ativistas sindicais ligados ao STR-São Francisco e FETAEMG que assessoraram o grupo.
- Trabalho desses agentes numa linha essencialmente parecida com o processo pedagógico descrito por OAKLEY (25), onde se procurava desenvolver a faculdade crítica dos trabalhadores, a solidariedade entre os mesmos, a articulação com outros grupos, fazendo com que os trabalhadores criassem mecanismos de organização em que a maioria pudesse opinar (participar) na tomada de decisões.

É importante salientar que o processo é ainda falho e que conflitos existem entre os membros do grupo, como observa o delegado sindical.

*"(...) Num tem jeito de contentar a todos, nê (...)"*  
*(Entrevista com o delegado sindical)*

### 3.2. A Atuação do Estado

O Estado brasileiro, há pelo menos 30 anos, apresenta um discurso no qual sempre se enfatiza a preocupação em resolver o problema fundiário, através de uma reforma agrária (17) (30).

O Estatuto da Terra (14) aglutina uma série de fatores fundamentais para a efetuação de uma reforma agrária, incluindo a necessidade de constante verificação a melhoramento de parâmetros, como a situação social, econômica e política, de



saúde e educação dos beneficiários.

Durante cerca de 20 anos o Estatuto da Terra foi mero discurso e nunca uma efetiva ação do Estado (23 e 30). Com o fim da ditadura militar e o advento do governo da "Nova República"<sup>1</sup> pareceu a vários analistas que a situação iria mudar; só o fato da nomeação do Eng. Agrônomo José Gomes da Silva<sup>2</sup> como Presidente do INCRA já propiciava outra conotação de como o Estado agiria.

Uma das primeiras atitudes do Governo Sarney para com a questão agrária foi a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Agrário (PNDA) que incluía o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 27).

No PNRA (27), o Estado argumentava que "o propósito é promover o acesso a terra para 1,4 milhões de famílias de trabalhadores rurais até 1989, assegurando-lhes, ainda, meios e serviços necessários à produção, com a criação de Projetos de assentamento numa área estimada em 43 milhões de hectares".

Os documentos do INCRA (7 e 8) sempre realçavam a necessidade de oferecer terra, promover condições de uso e de organização aos trabalhadores. Também informavam, de maneira até enfática, sobre as condições que deveriam ser criadas a nível federal, estadual e municipal no sentido de que ocorresse uma

---

1. Governo de coalizão formado por setores da sociedade brasileira com a finalidade de promover a transição para o regime democrático, no período de 1985-1989.

2. Um dos fundadores da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), conhecido estudioso de processos de reforma agrária e um dos colaboradores na elaboração do Estatuto da Terra.

articulação dos órgãos e agências envolvidas para que os projetos se desenvolvessem e se emancipassem rapidamente. Estes documentos enfatizaram principalmente as ações que deveriam ocorrer nos assentamentos, (8).

Nos documentos do Estado, quando se referiam à questão da gestão dos assentamentos, ressaltavam o papel da participação e organização dos diversos segmentos envolvidos no planejamento do projeto. Algumas elaborações contidas nesses documentos caracterizam esse aspecto:

*"A Reforma Agrária, independente da forma centralizada ou descentralizada que caracterize sua execução a nível oficial não é uma ação restrita à esfera governamental, através de seus diversos organismos e níveis de governo. Exige participação ativa e permanente de todos os setores sociais, principalmente os beneficiários diretos do programa e suas associações representativas" (7).*

*"É imprescindível que seja estimulada e garantida a participação das diferentes instituições, sindicatos, associações, grupos e movimentos através de canais que a viabilizem democraticamente objetivando constante interação com os trabalhadores assentados. Para tanto, é fundamental respeitar as identidades específicas, o direito à autonomia e à representação direta dos interesses e reivindicações dos segmentos sociais que o constituem, bem como a legitimidade de suas formas de manifestação, de organização, de ação e participação social." (7).*

O PNRA previa, além de recursos financeiros na ordem de Cz\$ 14.250,100.000,00 (Valores de maio/85), recursos humanos, através da contratação de técnicos que trabalhariam diretamente nas áreas dos assentamentos, sendo que, para tanto, o INCRA realizou um concurso no ano de 1987 em todo território nacional.

A Delegacia Regional do INCRA em Minas Gerais também elaborou um plano de metas para a realização da reforma agrária no estado, e, como a nível nacional, aqui as metas também foram ambiciosas.

No caso específico da Fazenda Vereda Grande, deveriam ser desapropriados 12.768 ha e a área deveria receber 250 famílias, já que os técnicos consideravam que a área seria irrigada.

A delegacia regional prometeu uma série de recursos para a área, tais como: Cz\$ 509.584,00<sup>3</sup> destinados a construção de estradas vicinais; Cz\$ 9.390.000,00 destinados a construção da sede administrativa e galpão para armazenamento de cereais; Cz\$ 5.730.000,00 destinados a auxílio alimentação e construção de casas dos beneficiários. Estas verbas deveriam ser todas aplicadas no local no ano de 1987 (9).

Dentro dos planos do INCRA no estado também estava prevista uma verba de Cz\$ 67.118.580,00 que seria doada, através de um convênio com a GTZ (Orgão de assistência técnica e social do Governo Alemão), e que seria aplicada na área a partir de 1987, por um período de 5 anos, para o financiamento de obras de infra-estrutura física (estrada e eletrificação rural), infra-estrutura social (sistema simplificado de água), apoio a produção (irrigação, construção de mini armazém, ferramentas e insumos) e apoio a pequenas indústrias (olaria e fábrica de farinha). Até

-----  
3. As quantias em Crz\$ representam os valores da época, 1987.

1989 estes recursos não haviam sido liberados.

Entre o discurso do Estado e a realidade houve uma grande distância; por exemplo, a área de 12.768 ha constante no cadastro do imóvel e prometida para desapropriação, após 3 medições pela RURALMINAS ficou restrita a 7.260 ha. Com isso, algumas famílias (cerca de 24) ficaram excluídas do assentamento, criando outra área de conflito conhecida como Morrinhos. A questão da redução da área é preocupante pois além de evidenciar a falta de empenho do Estado a fim de concretizar uma promessa, também causou sérios problemas ao assentamento, já que além de inviabilizar o assentamento de novas famílias também restringiu a área que cada família teria direito, podendo inclusive vir a inviabilizar tecnicamente o projeto. Se a área que cada família tiver direito for muito pequena para a sua sobrevivência e prosperidade, o projeto se torna inviável em seu objetivo primeiro que era de promover o bem-estar e desenvolvimento social, econômico e político das famílias beneficiadas.

Outro elemento que mostra a distância entre o discurso e a prática é com relação a ações desconexas das diversas agências do Estado que atuaram na área. Ao acompanhar algumas reuniões no assentamento ficou claro que a ação do Estado, através de suas agências de desenvolvimento, não estava planejada ou articulada, pois não havia continuidade de presença dos técnicos dessas agências no assentamento. Isto fica evidenciado com as declarações dos próprios assentados a esse respeito:

"(...) então nós criou uma comissão com a EMATER, SUDENOR, Sindicato, FETAEMG, MIRAD e nós, (...) pra discutir todo mundo junto, nem todos os responsáveis compareceram. Sempre nas reuniões faltou algum órgão (...)"

(Entrevista com E.X., membro do assentamento)

Além do mais os trabalhadores assentados argumentam que muitos técnicos não se empenharam para cumprir o papel que deveriam desempenhar.

"O Tião da EMATER não fez nada, até disse para nós numa reunião aqui que se a EMATER quisesse empurrava nós com a barriga dois anos."

(Entrevista com P.N., membro do assentamento)

Muitas vezes os técnicos fazem projetos e estes demoram ou não são executados, gerando um forte sentimento de frustração nos trabalhadores, o que pode ser exemplificado pelo projeto de irrigação, elaborado pelos técnicos da RURALMINAS. Esses técnicos se empenharam por mais de 6 meses na elaboração de um projeto de irrigação que seria financiado com verbas do projeto Padre Cícero<sup>4</sup>. O projeto de irrigação causou uma grande expectativa junto aos trabalhadores da área, levou ao atraso do parcelamento da área, pois este dependia da definição da parcela a ser irrigada e, no entanto, o projeto não foi executado por falta de verba. Outro exemplo, é o que aconteceu quando o técnico da EMATER elaborou por volta de 90 projetos de custeios para plantio de arroz, feijão e milho, em agosto de 1988, e até janeiro de 1989 o Estado ainda não havia liberado os recursos

---

4. Programa Estatal que tinha por objetivo financiar projetos de irrigação na área atual da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

para as famílias beneficiadas comprarem sequer as sementes, o que além de causar nos trabalhadores uma enorme frustração, também causou um sério problema econômico, pois ficaram impedidos de plantar as roças uma vez que os recursos não chegaram quando deviam.

Outro elemento que caracteriza uma distância entre o discurso e a prática no Estado é com relação a ação diferenciada e mesmo contraditória de alguns órgãos oficiais. Este é o caso, por exemplo, da atuação da Polícia Florestal na área: criou-se um assentamento de reforma agrária na Fazenda Vereda Grande para que famílias de trabalhadores rurais pudessem plantar e de seu trabalho tirassem seu sustento. O problema aí reside no fato da Polícia Florestal impedi-los de desmatar a área para plantar, chegando ao cúmulo de não só multá-los como até prendê-los, conforme declaração:

*"(...) A gente não pode desmatar para plantio, pois se a Florestal pegar multa e às vêis leva a gente preso (...) O sindicato que solta nōis e não deixa nōis paga a multa."*

*(Entrevista com P.N., membro do assentamento)*

Outro fato que caracteriza essa ação contraditória é com relação a serraria que foi doada aos trabalhadores da fazenda; eles não podiam usá-la (pelo menos até janeiro de 1989), como afirmou um assentado em reunião de grupo:

*"(...) O pessoal da Florestal falou que se pegar a gente cortando madeira aqui eles prende a gente (...)"*

*(Entrevista com E.M., membro do assentamento)*

Quando da última visita a área, houve algumas acusações por parte dos posseiros de que a Polícia Florestal agia de comum acordo com o Sr. Antonio Luciano.

*"(...) O Luciano até empresta o avião para eles vigiarem a gente aqui (...)"*  
*(Entrevista com P.N., membro do assentamento)*

O problema do parcelamento era grave no assentamento, pois apesar da área ter sido considerada prioritária para desapropriação em 1983, até janeiro de 1989, ou seja, cerca de 6 anos após, o parcelamento da área não havia sido feito. Isso causava uma série de problemas e, no momento da última visita a área, podia-se perceber um sentimento de frustração por parte das famílias.

Os recursos prometidos para a irrigação, estradas, centro assistencial, armazéns, construção de casas, apoio a produção, pequenas indústrias e outros mais, até janeiro de 1989, não haviam chegado e não havia perspectiva de chegarem.

Propostas como a de contratar técnicos exclusivos para os assentamentos, bem como a de contratar um orientador para residir no assentamento nunca foram cumpridas; a ação para cumprir tais promessas se limitou a um concurso público realizado em todo território nacional cujo resultado não foi divulgado. Além disso, os técnicos comprometidos com as causas dos trabalhadores foram em muitos casos demitidos, como foi o caso da técnica da SETAS que atuava na área.

Com relação a articulação que deveria ocorrer entre os

diversos órgãos e agências do Estado, além de ações contraditórias entre eles, observa-se em muitos casos omissões, pois alguns órgãos não acompanharam, com a frequência devida, as reuniões e chegavam mesmo ao caso de se ausentarem do assentamento por um longo período de tempo.

"(...) Mas o que acontece agora é que bagunçou tudo, não aparece SUDENOR, não aparece MIRAD, não aparece RURALMINAS, o único órgão que tá dando assintência é a EMATER (...)"

(Entrevista com E.X., membro do assentamento)

Outro problema que se coloca é com relação a técnicos mal informados das metas e propostas do Estado, e mesmo com visões contraditórias aos interesses dos trabalhadores do assentamento. Pode-se constatar isso com algumas passagens da entrevista com um técnico do escritório da EMATER de São Francisco, quando solicitado a emitir opinião sobre formas de atuação coletiva no assentamento:

"(...) Você sabe que o país não tem o intuito de preparar o pessoal para atuar como comunistas e socialistas, então o próprio critério que foi adotado de parcelar a área individualmente já foge disso aí(...)"

(Entrevista com assistente social da EMATER em São Francisco)

Quando perguntado se ele achava que a questão da ação coletiva estava sempre ligada a questão socialista, a resposta foi:

"(...) Não, não é que esteja ligado é que você prepará-los pra atuar dessa forma talvez a gente possa até comprometer o nosso trabalho (...)"

(Entrevista com assistente social da EMATER em São Francisco)



Este técnico não compreendeu, pelo menos até aquele momento, que aquele grupo já tinha uma história de atuação coletiva para conseguir que a área fosse desapropriada, não sabia que no PNRA o Estado propunha a utilização de formas organizacionais dos próprios beneficiários envolvidos para dinamizar o processo de emancipação dos assentamentos e, também, não entendeu que ação coletiva é uma das formas organizacionais que tem por objetivo racionalizar uma ação.

O fato mais polêmico envolvendo a atuação de técnicos, trabalhadores e lideranças sindicais está relacionado com a orientação da SUDENOR e da EMATER de só repassarem recursos às famílias do assentamento por intermédio de uma associação comunitária, que seria criada na área, e não mais via sindicato. Isto era contrário ao discurso do PNRA, onde se colocava que deveria-se respeitar e incentivar as formas de organização e participação dos beneficiários, sendo que estas famílias sempre se organizaram e atuaram tendo como base o Sindicato de Trabalhadores Rurais. Esta atitude, o que pareceu, foi uma espécie de represália por parte da SUDENOR e EMATER aos trabalhadores e seu Sindicato por causa dos choques ocorridos entre eles e essas organizações oficiais:

*"(...) A SUDENOR colocou que os recursos dela também não podiam ser passados [ao sindicato], e houve também uma crise entre o pessoal da SUDENOR e sindicato e isso ai deixou claro que eles precisam do associação lá (...)"*

*(Entrevista com técnico da EMATER)*

Outro trecho da entrevista com o técnico também caracteriza esse aspecto:

*"(...) já houve inclusive atritos entre órgãos, por exemplo, a SUDENOR chegava e falava pra eles, explicava pra eles aquele projeto de uma forma, a EMATER chegava e explicava de outra, a FETAEMG chegava e explicava de outra e isso houve problemas seríssimos lá no início (...)"*

*(Entrevista com técnico da EMATER)*

Um dos conflitos graves que ocorreu foi com relação a um projeto de irrigação elaborado por agências do Estado e encaminhado para discussão no assentamento e que foi rejeitado pelos beneficiários, após consulta ao corpo técnico do CTA-Norte de Minas.

A prática do Estado em condicionar o repasse de verbas a uma associação a ser criada e não mais ao sindicato também foi observada por KROYCHETE & COMERFORD (19), analisando a situação agrária do Oeste baiano, onde identificaram práticas semelhantes que, segundo eles, acabam por enfraquecer o sindicato.

LANDO & MARTINS (20) observaram situação similar a esta analisando o efeito da participação dos trabalhadores rurais no Projeto Nordeste em Minas Gerais, concluindo que o principal elemento que levou o governo a sustar os programas de desenvolvimento rural, que utilizavam de práticas participantes, foi o aumento da representatividade política por parte da classe trabalhadora, fato evidenciado após os resultados da eleição municipal de 1988.

Estas são indicações de que o Estado não teve

comprometimento político com a reforma agrária e, para reforçar este ponto, é bom citar que, à nível nacional, o presidente do INCRA na época da elaboração do PNRA, o Eng. Agrônomo José Gomes da Silva não teve sustentação para implementá-la. A nível estadual, o delegado regional, Sr. Jafeté Abraão, também não teve sustentação política durante o governo Newton Cardoso e foi substituído pelo Sr. João Navarro, que chegou a declarar na imprensa mineira antes de tomar posse "que não entendia nada deste negócio de reforma agrária".

A partir do que foi apresentado e tendo por base o modelo proposto por PRATES et alii (28), pode-se identificar que o que aconteceu foi claramente uma participação espontânea, pois após toda a história de lutas em que os indivíduos estiveram envolvidos, a organização que os mesmos desenvolveram para enfrentar os problemas que ocorreram e mais o envolvimento deles com o STR-São Francisco não havia o porque e nem como o Estado tentar ou querer induzir qualquer tipo de participação. Supõe-se que estes indivíduos haviam passado por um processo educativo que lhes proporcionou o desenvolvimento de um senso crítico que lhes possibilitava escolher o quê e como fazer as coisas dentro do assentamento.

Com relação ao modelo institucional, se incorporativo ou autônomo, a própria forma de atuação de algumas agências do Estado coloca em dúvida sobre uma real intenção, como o PRNA propunha, de que a relação fosse de autonomia por parte dos

beneficiários, ou seja, o Estado repassando os recursos para a comunidade para que esta determinasse como alocá-los. A orientação da SUDENOR e da EMATER de só repassar recursos aos beneficiários via associação e não mais via STR-São Francisco é suficiente para caracterizar uma ação diferenciada da proposta contida no PNRA, pois passa-se a não mais respeitar e incentivar as formas de organização dos trabalhadores. Esta orientação acabou por forçar os trabalhadores a criar uma associação para receber verbas o que poderá enfraquecer a atuação sindical.

Os trabalhadores em questão sempre se organizaram em torno da delegacia sindical e sempre tiveram o STR-São Francisco como sua atividade mais importante; eles sempre receberam os recursos via sindicato. Quando o Estado condiciona o repasse de recursos via associação, torna-se claro a intenção de incorporá-los à ação deste mesmo Estado; nega-se, desta forma, a sua organização primeira que é o STR-São Francisco.

Os trabalhadores reagiram e condicionaram a associação à delegacia sindical, tornando-a uma extensão da mesma; desta forma eles poderiam garantir a continuação da ação sindical. Na proposta deles, o delegado sindical seria o presidente da associação e nesta associação haveria um conselho que seria composto por dois membros de cada comunidade, como o que já existe.

Isto caracteriza uma posição intermediária entre a incorporativa e autônoma, já que à tentativa de tornar a relação

incorporativa por parte de Estado ocorreu uma reação do grupo social e se achou em intermediária.

### 3.3. Participação dos Assentados

Para que se possa melhor compreender como se dá a participação dos trabalhadores rurais na discussão e resolução dos problemas referentes ao assentamento foi necessário fazer uma recuperação histórica da formação e desenvolvimento do grupo, bem como fazer uma comparação entre o discurso (retórica) e a atuação de fato do Estado.

Ao se procurar conhecer um pouco da história da formação e desenvolvimento do grupo pode-se perceber alguns fatos como: a história de lutas deles levou-os a terem um grande sentimento de solidariedade tanto interno quanto externo, como se percebe através das seguintes declarações:

*"(...) Quando as coisas tão ruim, como agora, nōis acaba ajudando os companheiro que tem mais falta com um pouquinho de arroz, feijão, que nōis tem, que ē pouco também, ē pro companheiro nō desanima muito (...)"*  
(Entrevista com P.N., membro do assentamento)

*"(...) Nōs ajudou os companheiros do Morrinhos a fazer as cercas quando os jagunços do Antonio Luciano ia lã e cortava tudo (...). A única coisa que nōis ainda nō pudemos fazer ē levar mantimento prã eles daqui da Vereda Grande, assim mesmo alguns pratinho de feijão, arroz, nōis tem levado prã eles, prã ajudar eles lã".*  
(Entrevista com E.X., membro do assentamento)

Estas declarações indicam a solidariedade existente entre os membros do grupo, pois estes se dispõem a ajudar os companheiros não só com comida mas também em casos como de saúde, família, trabalho, etc.. Também se constatou preocupação do grupo com seus vizinhos, como com outros companheiros de outros locais que enfrentam problemas semelhantes.

É de se supor que o processo de lutas a que estiveram submetidos associado à presença do STR-São Francisco, da FETAEMG, e outras entidades afins contribuiu para que ocorresse um processo pedagógico parecido ao que se convencionou chamar neste trabalho de Educação Participativa que, por sua vez, gerou um processo de participação social semelhante ao denominado "empowering" caracterizado por cinco sub-processos, identificados por OAKLEY & MARSDENS (26). No caso da "faculdade crítica" pode-se identificar o desenvolvimento da mesma através, por exemplo, das seguintes declarações:

*"Olha acho que desiludir de reforma agrária nós não vamos desiludir nunca, nós vamos lutar a vida toda por uma reforma agrária, certo? Agora o que eles chamam de reforma agrária, isso é um pano que o próprio governo colocou na cara dos trabalhador, porque de toda maneira que a gente reivindica reforma agrária e ela não sai (...)"*

*(Entrevista com P.N., membro do assentamento)*

*"(...) Não era bem isso que a gente esperava, prá falar certo não era isso que a gente esperava. Isso aí é como diz, foi prá acomodar o trabalhador, agora nós não vamos parar por aí a esperança nossa essa não vai morrer nunca, nós vamos lutar a vida toda (...)"*

*(Entrevista com E.X., membro do assentamento)*

Pode-se perceber, nesses depoimentos, que não se acreditava no que o Estado estava fazendo e que se tinha claro que não se podia parar de lutar pela reforma agrária que se pretendia; os assentados perceberam que a forma de atuação do Estado era no sentido de desestimulá-los a continuar lutando por uma reforma agrária que viesse a atender suas necessidades, fato que souberam definir e que reforça o caráter do desenvolvimento da faculdade crítica:

*"(...) A reforma agrária de só dar a terra não adianta. Só na terra sem recurso prá plantar nós morre de fome, sem escola pras crianças e nem médico isso não é reforma agrária..."*

*(Entrevista com E.M., membro do assentamento)*

O desenvolvimento da capacidade dos produtores assentados para analisar problemas, identificar as causas e propor soluções é fruto do processo de educação participativa de que fizeram parte. Se este processo não foi integral, pois também não foi premeditado, também não se pode dizer que as ações praticadas por entidades como o STR-São Francisco, a FETAEMG, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) de Montes Claros, CTA-Norte de Minas e outros indivíduos, mesmo de órgãos do Estado, não tiveram um efeito satisfatório, pois percebe-se que a maioria dos indivíduos do grupo tem desenvolvido a capacidade de identificar os problemas principais do assentamento e propor alternativas. É o caso de como eles encaram os problemas dos assentamentos de reforma agrária no país e que solução apresentam:

*Cons. finais*

"(...) O problema é político (...), o único jeito de mudar é mudar os homens que tão lá dentro. São tudo cara virada contra nã, não adianta nã brigar pelos projeto porque eles fala que faz. Chega lá o chefe maior fala não, não vamos fazer não, isso vai prejudicar nã, prejudica meu amigo assim (...) Agora se tiver um homem lá que não tiver medo da fortuna dos outros às vezes pode até mudar, mas isso vai mudar através de que? De nã, reunindo todo mundo que tã necessitando, tomando vergonha na cara nã, e votar mais ou menos certo nos homem que a gente achã que tem poder pra mudar alguma coisa, não tudo, que tudo nenhum muda, mas alguma parte vai e muda."

(Entrevista com P.N., membro do assentamento)

Esta declaração mostra que para os assentados está claro que a saída é política, que não "adianta ficar só brigando por recursos e projetos" que possam beneficiar o assentamento onde moram, pois além de não resolver os seus problemas mais graves, os projetos não têm continuidade e até mesmo os recursos (que são pequenos) podem ser boicotados em função das oligarquias que exercem influência no Estado. A alternativa, na visão dos entrevistados, é a atuação política para procurar alterar a estrutura do poder do Estado. Entendem a necessidade de juntarem força com trabalhadores de outros locais e apoiarem candidatos que têm compromisso e história de luta com os trabalhadores. Sabem, também, que devem se organizar para atuar politicamente na cidade onde moram e, em função disto, indicaram candidatos a vereador do próprio assentamento e indicaram como candidato a prefeito o presidente do STR-São Francisco por um partido político com ligações com os movimentos populares. Isto mostra certa evolução tanto dos sub-processos faculdade crítica como também dos sub-processos articulação e solidariedade, já que



propõem atuar de maneira a resolver não só os problemas inerentes ao assentamento onde residem como também procurar interferir e mudar os rumos da sociedade, atuando politicamente. Eles se articulam e se solidarizam com outros grupos procurando dessa forma adquirir poder (Empowering) e se contrapor (Conterveiling Power) a outras forças sociais que se interpõem em sua evolução.

Isto faz com que a qualidade da participação cresça, passando da micro participação, ou participação na resolução dos problemas só dentro do assentamento, para a macro participação ou participação social; ou melhor, o grupo parece perceber que faz parte da sociedade e da história, que é importante no processo histórico de transformação social e, portanto, tem que agir para ajudar na transformação e criação de uma sociedade que contemple a todos e não a poucos segmentos.

Os assentados procuram se articular com outros grupos participando de encontros de trabalhadores rurais organizados pela FETAEMG, CUT e CTA-Norte de Minas, onde além de serem apresentados cursos técnicos e de formação política se formam espaços para que os trabalhadores rurais de diversos locais possam se encontrar, contar suas experiências, seus problemas, identificar problemas comuns, discutir soluções e principalmente compreender que só a atuação conjunta (articulada) pode ajudar na resolução de seus problemas. Os trabalhadores de Vereda Grande participaram não só de encontros regionais mas inclusive do

último congresso da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Mas, como eles mesmo comentam, tem muita dificuldade para viajar por falta de recursos:

*"(...) Com relação a participação fora do assentamento eu fui no Congresso da CONTAG e achei muito importante, pois tinha muita gente, tudo nego trabalhador e pobre. A gente acha que na nossa região a coisa tá ruim, mas tem lugar que tá pior, que os órgãos do governo lá são piores que os daqui. Lá a gente fica sabendo o que tá acontecendo em todo nível nacional (...) O problema para participar fora é recurso para viajar (...) a gente não tem recurso para isso, o que a gente ganha mal dá para come (...)"*

*(Entrevista com P.N., membro do assentamento)*

Os assentados comentam que gostariam de participar de mais reuniões fora do assentamento, em Montes Claros, Belo Horizonte e Brasília para cobrar dos "chefes maiores" recursos para o assentamento, mas o grande problema é que não dispõem de dinheiro para financiar as viagens.

Aparentemente, o fato de poderem se articular com outros grupos de trabalhadores rurais criaria espaço para que pudessem tomar contato com outras experiências aumentando seus conhecimentos e levando-os a compreender melhor a situação que grande parte do segmento de trabalhadores rurais que luta por reforma agrária enfrenta. Isto geraria uma ampliação da identidade do grupo e, por sua vez, propiciaria um aumento da consciência crítica de como avaliar e solucionar problemas.

O sub-processo articulação só não ocorre com mais intensidade provavelmente pela falta de recursos para locomoção; em consequência, os outros sub-processo (faculdade crítica e

solidariedade) também ficam prejudicados.

Com relação aos outros dois sub-processos, participação e organização, a própria forma organizacional criada propicia um envolvimento ativo dos membros na identificação e causas dos problemas, nas tomadas de decisões, planejamento e execução de ações que visam a solução dos problemas.

Para melhor entender isto, torna-se necessário descrever como o assentamento se organiza e como se dá a participação dos assentados na tomada de decisões. O assentamento é dividido em 5 comunidades ou localidades: Abobreira, Riachinho, Palmeirinha, Lagoa do Capão e Buritizinho e, quando se tem que tomar alguma decisão, as questões a serem discutidas são levadas para cada comunidade e nelas são discutidas. É feita uma assembléia, após, com todos os membros dos assentamento; nesta assembléia é que se resolve como encaminhar as decisões tomadas. Os membros do grupo alegam que é uma boa maneira para tomar as decisões que são necessárias, pois permite que todos possam se expressar, emitir opiniões e faz com que as decisões venham a ser tomadas de acordo com a vontade da maioria do grupo.

Os membros do assentamento, com a orientação de agentes externos, criaram e desenvolveram uma comissão para a resolução de problemas em circunstância que o tempo se torna um fator escasso e, portanto, não seria possível a reunião de todos os componentes do assentamento (assembléia). Esta comissão é composta por dez membros, sendo dois representantes eleitos de

cada localidade, mais o delegado sindical, que tem a função de coordenar os trabalhos da comissão; portanto, ele tem uma ligação com a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Quando existe, por exemplo, o problema de divisão de algum recurso que chega para o assentamento e tem que ser repartido entre os seus membros, nesta comissão se decide como melhor dividir e utilizar este recurso. É através desta comissão que se determina, por exemplo, como e em que ordem devem ser usadas as farinheiras (fábricas de farinha de mandioca), trator e implementos, beneficiadeira de arroz e outros recursos de uso comunitário que lhes servem. Portanto, pode-se perceber que esta comissão faz o papel de "gerente" ou "diretor" do assentamento, resolvendo os problemas mais comuns e que não demandam uma avaliação mais profunda.

A comparação do grau de participação dos membros do grupo nos processos de tomada de decisões internas ao assentamento, com a escala proposta por de BORDENAVE (6) para grau de participação, permite inferir que o grupo estaria em uma circunstância próxima da auto-gestão. O modelo organizacional desenvolvido pelo grupo possibilita que os integrantes mesmos determinem seus objetivos, escolham os meios para executar as ações que acham mais viáveis e estabeleçam os controles pertinentes, sem que tenham que prestar satisfação a autoridades externas ao assentamento.

Ao se levar em consideração o grau de participação que

os trabalhadores rurais têm em relação a outros fatores externos que exercem influência direta ou indireta no assentamento, não se pode ter a mesma opinião. Como eles mesmos comentaram, e pode-se também averiguar por outros meios (declarações de agentes da CUT, CAA-Norte de Minas, FETAEMG, etc.), muitas das reivindicações, necessidades e orientações dos trabalhadores rurais não são contempladas nos escalões mais elevados do governo. Por exemplo, muitos projetos elaborados com a participação tanto de técnicos do Estado como de beneficiários são barrados nos escalões mais elevados, "pelos chefes maiores lá de cima".

Mais uma vez pode-se constatar um choque entre a retórica e a prática do Estado, pois nos documentos do PNRA comenta-se demais sobre autonomia dos beneficiários e mesmo sobre a auto-gestão. Quando é este Estado que estabelece os objetivos e estratégias para um programa de Reforma Agrária e, mesmo, quando este Estado determina as execuções deste plano sem prévia consulta a diversas organizações que há décadas lutam por um projeto de reforma agrária condizente com a realidade brasileira, percebe-se que a questão que norteia isto tudo é puramente ideológica. Trata-se de um conflito de interesses, onde a estrutura de poder do Estado é que provavelmente prevalecerá em detrimento do interesse de um grande contingente de trabalhadores rurais que este Estado não consegue ou não tem interesse em representar. Este Estado certamente limitará a amplitude ou importância das decisões que os segmentos beneficiados poderão

atingir e, ao se considerar tais argumentos, concluiu-se que na escala que BORDENAVE (6) propõe para caracterizar os níveis de importância das decisões nas quais os beneficiários podem influir, estaria-se no que ele chama de nível 3 e 4, já que as famílias de trabalhadores rurais podem, quando muito, influenciar na elaboração de planos, programas e projetos referentes aos assentamentos em que moram, como foi no caso do parcelamento e de projetos de irrigação. Neste último caso, eles rejeitaram o projeto e só foram aprovar o parcelamento quando se apresentou um projeto que contemplou a maioria dos beneficiários. Eles podem também influenciar na alocação de recursos que venham para o assentamento e administrar as operações referentes ao dia a dia do assentamento.

Nos níveis mais elevados de importância, não podem influenciar, mas, como já comentado, o processo educacional a que estiveram envolvidos possibilitou-lhe o desenvolvimento de uma consciência crítica a partir da qual sabem que a única forma de conseguir influenciar em níveis de decisão mais elevados é através da atuação política, tentando dessa forma alterar a própria estrutura de poder do Estado.

É importante ressaltar que, como MACHADO (22) argumenta, só no campo das idéias não se conseguirá transformar a realidade deste segmento social; há a necessidade de se garantir a sobrevivência e desenvolvimento econômico e social do povo. Ao se negar recursos materiais para que os grupos se desenvolvam, os

elementos pedagógicos aqui discutidos perdem em muito sua força. Outro elemento importante é o que DEMO (12) assinala: "quando se acha que a participação já é o suficiente, ela está em processo de regressão", ou seja, não se pode conceber que os canais por eles criados para participação no gerenciamento do assentamento e mesmo para a atuação na sociedade já são suficientes. Se estes já são avançados, quando comparados com outras situações é necessário que o grupo continue evoluindo e aumentando seu espaço para que possa continuar tendo força para enfrentar os grupos hegemônicos que dominam o Estado.

*cons. finais*

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início, torna-se importante realçar alguns aspectos sobre a metodologia utilizada: o estudo de caso combinado com pesquisa qualitativa (histórico de vida, análise documental e entrevistas).

A combinação das técnicas referidas se mostrou adequada na apreensão dos elementos teóricos junto à realidade pesquisada. Para se fazer a recuperação histórica da formação e desenvolvimento do grupo foi necessário realizar entrevistas com membros que há mais tempo habitavam a área já que era impossível uma análise de documentos escritos, pela sua própria inexistência. Para melhor entender a atuação do Estado foi necessário uma combinação de análise documental com entrevistas com os agentes técnicos de organizações públicas, além da observação direta do pesquisador junto as partes envolvidas. Desta maneira, tornou-se possível traçar um paralelo entre o discurso e prática da intervenção do Estado.

No estudo sobre a participação no assentamento, houve



uma combinação de observação direta do pesquisador com entrevistas com membros do assentamento, sendo que isto possibilitou entender um pouco a evolução da forma organizacional e gerencial desenvolvida pelos produtores do P.A. Vereda Grande, não só por relatos dos entrevistados bem como por ter presenciado algumas assembléias realizadas.

Salienta-se, contudo, algumas limitações no uso dessa metodologia no caso específico desse estudo:

- para que se pudesse fazer uma análise mais precisa teria sido necessária uma vivência maior no local o que possibilitaria entrevistas com número maior de pessoas. A permanência maior no local implicaria em gastos financeiros mais elevados (hospedagem, alimentação, combustível, etc), o que tornou-se impossível uma vez que a pesquisa foi financiada com recursos do próprio pesquisador;
- dificuldade de localizar pessoas que foram muito citadas durante as entrevistas, como, por exemplo, o advogado do STR-São Francisco à época dos conflitos, a assistente social da SETAS que foi demitida e o próprio Sr. Antônio Luciano que veio a falecer depois.

O processo de lutas que envolveu os trabalhadores rurais da Fazenda Vereda Grande pode ser entendido como um processo pedagógico, nos moldes sugeridos por OAKLEY & MARSDENS (26), na medida em que possibilitou ao grupo desenvolver a sua percepção para diagnosticar problemas, apresentar soluções e

criar modelos organizacionais mais condizentes com as necessidades que o momento exigia. Através deste processo, o grupo percebeu que tinha não só de se organizar internamente como, também, se articular com outros grupos que tinham problemas semelhantes, para que pudessem obter um certo poder ("empowering") de contraposição aos problemas que surgissem.

Para que o processo de "empowering" ocorresse em sua plenitude, algumas questões teriam sido necessárias:

a) Deveria ter havido uma maior homogeneidade de ação do grupo, pois pode-se perceber uma certa divisão, principalmente em função da associação.

b) O processo pedagógico ter sido mais efetivo, mais intenso, ter tido continuidade. É importante lembrar que os principais animadores (agentes) eram da FETAEMG e do STR-São Francisco e para que isso ocorresse teria sido necessário que estes agentes estivessem mais presentes no assentamento, o que ultimamente estava difícil por falta de recursos na FETAEMG e, no Sindicato, em funções do corte de recursos do PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor), convênio com a FETAEMG.

A atuação do Estado foi no geral negativa pois foi, na maioria das vezes, direcionada para ações assistencialistas, criando, em alguns casos, fortes expectativas que depois não se realizaram, como eles mesmo dizem:

*"Prometem muito e fazem pouco".*

*(Entrevista com E.X., membro do assentamento)*

Handwritten notes on the right margin: "Fina" and "cerca".

Outro fato importante com relação à atuação do Estado foi quanto a falta de comprometimento deste para com os assentamentos, já que recursos mínimos demoravam muito para chegar aos beneficiários. Este foi o caso dos recursos do PROCERA que quando chegaram ao assentamento os trabalhadores já estavam colhendo ou até vendendo a safra (estes recursos teriam a função de financiar o plantio). Outro fato marcante foi a falta de técnico para acompanhar o assentamento mais frequentemente.

A forma como o Estado vinha atuando fez com que parte do grupo se sentisse desestimulado a continuar lutando; pode-se perceber que muitos só não saem do assentamento por não terem outra alternativa.

O grupo, caminhou no sentido de construir um poder de contraposição ("countervailing power") às forças dominantes do Estado; eles sabem que nem tudo que vem do Estado é para beneficiá-los, sabem que os técnicos que estão ao lado deles não representam de fato o Estado, que os técnico têm boa vontade em resolver os problemas deles, mas, como disse um trabalhador entrevistado:

*"Talvez os patrão maior deles não queira".*  
(Entrevista com P.N., membro do assentamento)

Para mudar isto é necessário uma atuação política consciente efetiva e forte.

Problemas existem para que o grupo garanta a ampliação do espaço de participação por ele até aqui conquistado, tais como

*curios. H. Soares*

falta de recursos para viagens e melhor articulação com outros grupos, além de elementos de primeira necessidade para garantir a própria existência, como, por exemplo, insumos agrícolas para plantio, uma assistência técnica mais efetiva e ampla por parte de agências do governo.

A luta dos posseiros centra-se na defesa da posse da terra e da liberdade de sua forma de produzir, baseada na organização do trabalho familiar, e isto pode-se constatar ao analisar a experiência vivida pelos posseiros da Fazenda Vereda Grande. Ressalta-se a atuação do Estado no sentido de dificultar o desenvolvimento do grupo através de ações desconexas. Constata-se, igualmente, que há muito pouco a se oferecer para estas situações com relação a formas organizacionais e gerenciais que possibilitem a resistência em um sistema sócio-econômico cada vez mais competitivo e opressivo. Como argumenta IANNI (18), não é mais possível ao movimento camponês negar a ordem burguesa, as forças do mercado, as tendências pre-dominantes das relações capitalistas de produção. Portanto, a única possibilidade de resistência na terra é a busca da criação de formas de organização e gestão das áreas ocupadas por camponeses que possibilitem a competição no mercado. Estas formas envolvem elementos como a participação na gestão destas áreas, bem como experiências de exploração coletivas de áreas a fim de se tornar mais racional o uso de recursos necessários à produção.

Após a análise de várias situações, como as vivenciadas

pela FASE, pelo movimento sindical, e mesmo ao conhecer um pouco da experiência do sindicalismo dos trabalhadores rurais em Minas Gerais, pode-se concluir que esta situação será alterada alterando-se também o quadro de forças políticas que compõem o Estado brasileiro, e isto envolve todo um processo de conscientização política, como FREIRE (15) propõe.

Vale ressaltar que apesar de simples e de todos os problemas que os membros do assentamento enfrentam, o processo administrativo por eles criado tem sido eficiente, pois como disse uma das lideranças mais antigas:

*"O negócio funciona bonito, não tem briga, não tem nada..."*

*(Entrevista com E.X., membro do assentamento)*

Ao final desse estudo, pode-se sugerir que, em outras pesquisas orientadas nesse sentido, seria importante trabalhar com esquemas teóricos que abordassem aspectos de democracia direta e democracia representativa, pois, no caso, parece ter havido algo de uma combinação entre as duas. Isso poderia ser associado ao conhecimento da relação de poder no interior do próprio Estado. Este ponto, entretanto, não foi possível sequer tocar nos limites desta dissertação.

## 5. RESUMO

O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo estudar como ocorre a organização e participação dos pequenos produtores assentados no Projeto de Assentamento Vereda Grande, município de São Francisco, MG. A pesquisa fundamentou-se em técnicas de pesquisa qualitativa utilizando-se de um referencial teórico baseado em estudos sobre a participação social e a ação do Estado em programas de desenvolvimento.

A forma organizacional que o grupo de produtores pesquisados dispõe hoje foi resultado do processo de luta pela terra no qual estiveram envolvidos. Para se compreender melhor como isto ocorreu, a pesquisa foi dividida em três momentos: (a) histórico da formação e desenvolvimento do grupo; (b) atuação do Estado; (c) participação no assentamento. O processo de lutas, formação e desenvolvimento do grupo confrontado com a maneira de atuação do Estado resultou na forma atual de organização e participação do grupo. A pesquisa mostrou as dificuldades

enfrentadas para se conseguir a desapropriação de terra para fins de reforma agrária e, principalmente, o descompromisso do Estado para com o projeto de assentamento em questão. Através do trabalho foi possível, também, entender como o grupo se desenvolveu assessorado por dirigentes sindicais e agentes animadores de entidades de assessoria não governamentais, adquirindo um nível de consciência crítica que possibilitou a melhor compreensão da situação política, a qual estão submetidos. Em função desse aspecto, o grupo se organiza, se articula com outros grupos e cria formas de atuação que possibilita aumentar o poder de contraposição a grupos de interesses contrários aos deles.

## 6. SUMMARY

**"PEASANT PARTICIPATION IN AGRARIAN REFORM PROJECT: THE CASE STUDY OF VEREDA GRANDE, MG".**

The aim of the present research was to study the process of organization and participation of agricultura small producers in the agrarian reform project **Vereda Grande, município** of São Francisco, Minas Gerais .

The theoretical framework of the research was based upon studies on social participatrion, and the action of the State in rural development programs. Methodologically, it was a type of qualitative field work combined with documentary analysis.

The peasant group's present organizational structure was a result of the struggle for land in which its members were involved. For a better understanding of that process, the research had three well defined moments: a) historical analysis



of the group's formation and development; b) the action of the state; c) the process of participation in the project.

The research showed difficulties associated with the struggle to take over the land for agrarian reform and mainly the lack of compromise of the State in the case. At the same time, it was possible to understand the role of agricultural workers' leaderships and of members of non-governmental organization (NGO's) in assisting the group to acquire critical consciousness in order to understand the political context in which the peasants live. As a result the group seek to organize, articulate with similar groups, and assume types of action that may increase its countervailing power to other groups with conflicting interests.

## 7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALENCAR, E. **Estudo de caso; uma técnica de pesquisa social.**  
Lavras, ESAL, 1988. 6p. (Palestra).
2. \_\_\_\_\_. **Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. Cadernos de Administração Rural,**  
Lavras 2(1):23-34, jan./jun. 1990.
3. \_\_\_\_\_. **Nova abordagem cooperativa; cooperativa como um instrumento de contraposição.** Lavras, ESAL, 1991. 10p. (apostila).
4. AMMANN, S.B. **Considerações sobre o conceito de participação.**  
Brasília, SEPLAN/IPEA-CENDEC, 1980. p.
5. \_\_\_\_\_. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.** 6.ed. São Paulo, Cortez, 1987. 176p.

6. BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação.** 5.ed. São Paulo, Brasilienses, 1987. 84p.
7. BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Co-participação na reforma agrária: proposta de ação integrada;** documento para discussão com os governadores estaduais. Brasília, 1987. 16p.
8. BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ Diretoria de Assentamentos. **Política de assentamento.** Brasília, 1987. 14p.
9. BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ Superintendência Estadual de Minas Gerais. **Situação atual dos projetos de assentamento de trabalhadores rurais de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 1987. 34p.
10. CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS. **Proposta de trabalho nas áreas de assentamento e ocupação.** Montes Claros, 1988. 3p. (Apostila).

11. CRUZ, L. Desenvolvimentorural e participação. **Revista de Economia Rural**, Brasília, 25(4):467-781., out./Dez. 1987.
12. DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. Fortaleza, EUFC, 1986. 137p.
13. ESTATUTO da Associação de desenvolvimento comunitário dos produtores rurais de Vereda Grande - APUG. São Francisco, 1988. 7p.
14. ESTATUTO da terra; legislação agrária atualizada. São Paulo, Sugestões Literárias, 1978. 455p.
15. FREIRE, P. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976. 149p.
16. HEBETTE, J. A colonização na amazônia brasileira: um modelo para uso interno. **Reforma Agrária**, Campinas, 17(3):20-27, dez./87. maio/88.
17. IANNI, O. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 1984. 255p.
18. IANNI, O. **A Utopia Camponesa**. Águas de São Pedro, ANPOCS, 1985. 15p. (Palestra).

19. KRAYCHETE, G. & COMERFORD, J.C. A nova face agrária do oeste baiano; diversidade e ambiguidades. **Cadernos do CEAS**, Salvador (132):30-51, mar./abr. 1991.
20. LANDO, A.M. & MARTINS, V.L.A.B. - Os limites da participação dos trabalhadores rurais no Projeto Nordeste: a experiência de Minas Gerais. Fundação Joao Pinheiro. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, 1(4):16-41, jan./abr. 1989.
21. LIMA, J.B. O objetivo da administração rural. Fundação João Pinheiro, **Análise e conjuntura**, Belo Horizonte, 20(9/10): 251-7, set./out. 1982.
22. MACHADO, E.P., Coord. **Poder e participação política no campo**. São Paulo, CAR/CEDAP-CENTRU, 1987. 152p.
23. MINC, C. **A reconquista da terra**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. 96p.
24. NICKEISBURG, V.R. Comunidades Eclesiais de base no meio rural. **Revista de Economia Rural**, Brasília, 20(2.esp): 425-9, 1982.

25. OAKLEY, P. Participation indevelopmant in N.E. Brazil.  
*Community Development Journal*, Oxford, 15(1):10-20, jan.  
1980.
26. MARSDEN & MARDEN, D. *Approaches to participation in  
rural development*. Geneva, International Labour Office,  
1985. 91p.
27. PLANO Nacional de Reforma Agrária da Nova República, 1.  
Brasília, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento agrá-  
rio/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária,  
1985. 73p.
28. PRATES, A.A.P.; ANDRADE, L.A.G. de; FERNANDES, C.L.de L. &  
MUNDIN, R.N. A Emergência da estratégia do planejamento  
participativo no estado de Minas Gerais: um balanço políti-  
co institucional. *Fundação J P*, Belo Horizonte, 12(9/10):  
230-312, set./out. 1982.
29. SÉRVOLO DE MEDEIROS, L. CONTAG: um balanço - versão parcial  
de comunicação apresentada na mesa redonda "Balanços e Pro-  
gressos", na V Reunião sobre Mão-de-Obra Volante, Botucatu,  
1980. 8 p.

30. SILVA, J.G. da. Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária, São Paulo, Brasiliense, 1985. 103p.
31. TRIVINÓS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais; a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.